

póvoadelanhoso
Assembleia Municipal



Aos 22 dias do mês de junho ano de 2018, pelas 20h30, no Theatro Club da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de João Manuel Correia Rodrigues Duque, secretariado por José Miranda Gomes e por Maria Alice Rodrigues de Sousa, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (15`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Dois (15`):

Informação trimestral da EPAVE, E.M., nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Proposta da Câmara Municipal para efeitos de prévia autorização do compromisso plurianual no âmbito do procedimento tendente à contratualização de fornecimento de combustíveis.

Ponto Quatro (15`):

Proposta da Câmara Municipal para integração de área em domínio público para efeitos de prolongamento da Travessa do Carvalho na freguesia de Covelas, conforme disposto na alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para análise, discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, bem como, da autorização de reprogramação do PPI 2018 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020 da empreitada para “Reabilitação do Largo da Feira e Envolvente”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99,

de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Ponto Seis (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto do Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Sete (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos da al. k) do n.º 2 do art.º 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Oito (15`):

Proposta da Câmara Municipal para pedido de autorização de cessão da posição contratual no contrato de aquisição de serviços celebrado em 27.07.2017, com o contraente “Armando Costa Serra Cruz Martins & Associados” SROC, 502154870.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16`)

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Luís Jorge Amaro da Costa; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; João António Rodrigues Marques; Margarida Reis Soares; Sónia Margarida da Silva Fernandes; José João da Costa Fraga.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União de Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: António Manuel Marques de Queirós Pereira; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; José Ângelo Sáavedra de Almeida Faria; Clárisse Matos; Álvaro da Silva Vieira; Manuel Joaquim Ferreira de Sousa; Susana Patrícia Barbosa Morais; Paulo Alexandre Almeida Ferreira de Bastos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Geraz do Minho; União de Freguesias de águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira.

Estiveram presentes na bancada do MAI os seguintes membros: Rui Manuel de Macedo Rebelo; José Eduardo Pinto da Silva Baptista Vieira; Carla Maria Canotilho Alberto dos Santos.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas; e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Avelino Adriano Gaspar da Silva e André Miguel Lopes Rodrigues; Estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; António Joaquim Barros da Silva; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Duque, saudou todos os presentes. Colocou a votação do plenário a ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018. Informou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. Concedeu a palavra à Secretária Maria Alice Sousa para leitura da correspondência.

A Secretária Maria Alice Sousa procedeu à leitura da correspondência recebida.

Interveio o Presidente da Mesa, João Duque e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado. Para quem desejar consultar, está disponível a correspondência.

Eu, permito-me, ainda neste contexto da correspondência, salientar um documento muito específico que é precisamente a informação, da parte do Grupo Parlamentar do MAI, do abandono do grupo de trabalho para a revisão do Regimento, com um documento que sintetizo, citando:

“Esta resolução sustenta-se no nosso firme protesto e discordância relativamente à falta de procedimentos e de metodologia. E bem assim no facto de não vermos quando este processo estará efetivamente tratado e concluído.”

O conteúdo do e-mail está à disposição, caso alguém o queira consultar.

Relativamente à distribuição de tempos, e ainda antes disso, consultei os líderes dos grupos municipais que estiveram de acordo em hoje, excepcionalmente, pelo menos enquanto não houver alteração de Regimento, anteciparmos o momento da intervenção do público, uma vez que há uma solicitação por parte de um grupo de alunos do Agrupamento Gonçalo Sampaio e, tratando-se de menores, adolescentes ainda, achamos por bem não os fazer esperar até tão tarde, como tem sido habitual. Os líderes estiveram perfeitamente de acordo e portanto faremos assim.

Relativamente então à distribuição dos tempos, como vem sendo habitual, no período antes da ordem do dia, a que estão atribuídos 45 minutos, estes serão distribuídos com 24 minutos para o grupo do PSD, 18 minutos para o grupo do PS e 3 minutos para o

grupo do MAI. O período de intervenção dos presidentes de junta será de 16 minutos, para os presidentes de junta do PSD 9 minutos e para os presidentes de junta do PS 7 minutos. O período de intervenção do público é no total de 16 minutos. Será depois distribuído, consoante os pedidos de intervenção. Todos os pontos da ordem do dia de hoje são pontos pequenos e, nesse sentido, de 15 minutos. Serão distribuídos com 7 minutos para o grupo do PSD, 5 minutos para o grupo do PS e 3 minutos para o grupo do MAI.”

E concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do MAI, Rui Rebelo e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente, com sua licença, um voto de saudação e congratulação apresentado pelo grupo do MAI para ser sujeito a esta Assembleia, a este plenário, e ser aprovado se assim o entenderem.

Considerando que o Sport Club Maria da Fonte é a associação desportiva mais antiga, mais prestigiada e com maiores pergaminhos no desporto da Póvoa de Lanhoso, com uma história de vida de 93 anos, com sucessos, com momentos menos bons, mas que na generalidade honra o desporto e enobrece as gentes da Póvoa de Lanhoso.

Considerando que, na época desportiva que agora se conclui, o Sport Clube Maria da Fonte e as suas estruturas manifestam uma enorme pujança e dinâmica eclética que vai do futebol, em todas as camadas etárias, ao futsal feminino, à pesca desportiva e ao basquetebol, com a suspensão este ano do atletismo. Englobando e envolvendo, só em termos de formação, mais de 200 jovens.

Considerando que, na época desportiva que agora se conclui, a equipa sénior de futebol conquistou o título máximo de campeão distrital da Associação de Futebol de Braga, vencedor da pró-nacional e por consequência com o justo direito de disputar o campeonato nacional na próxima época. Tal como, e muito bem, o executivo da Câmara Municipal, no dia 19 de maio, nos Paços do Concelho, homenageou numa cerimónia singela, mas muito significativa e bonita;

Considerando que a equipa de juniores de futebol conquistou o honroso mérito de vice-campeão da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga, alcançando o direito de disputar a Segunda Divisão Nacional na próxima época;

Considerando que a equipa de basquetebol feminina Sub 14 conquistou o título máximo distrital da Associação de Braga de Basquetebol.

Considerando todos estes acontecimentos felizes e de sucesso desportivo, o grupo municipal do MAI, associando os fundamentos que acabamos de expressar, propõe a esta Assembleia Municipal, reunida em plenário de 22 de junho de 2018, que felicite o Sport Clube Maria da Fonte e que aprove um voto de saudação e congratulação a toda a estrutura do Sport Clube Maria da Fonte, por tão notáveis e honrosos feitos.

Que este voto, a ser aprovado, seja dirigido por escrito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal à direção do Clube, enquanto representante do mesmo, com conhecimento aos

associados, aos corpos sociais, aos atletas, aos colaboradores e aos familiares dos atletas.

Tenho dito Sr. Presidente. Obrigado pela atenção.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu apenas para dizer que, naturalmente, o GP do PSD votará favoravelmente esta proposta. Não deixarei no entanto de referir aqui que lamento que o GP do MAI não tenha trazido ou conversado com os outros grupos parlamentares, no sentido de apresentarmos uma proposta única, de todos os grupos parlamentares, o que seria então, acho eu, mais interessante, englobando todos os grupos parlamentares porque creio que todos o subscreveriam; que é aliás aquilo que normalmente acontece com este tipo de propostas e com votos de pesar e com outros do género. De qualquer das formas, não foi esse o procedimento, não foi esse o entendimento, mas nós votaremos favoravelmente e associamo-nos, naturalmente, a esta proposta de saudação e de louvor.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“O GP do PS é também favorável à proposta apresentada. Contudo, faço das palavras do líder do GP do PSD as nossas, porque efetivamente no passado estávamos habituados a trabalhar desta forma e votos desta natureza eram muitas vezes feitos em conjunto e tratados antes de cá chegar e portanto fica a ressalva da nossa parte também. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente, só para acolher a crítica dos meus colegas que é correta. Devo dizer que, apesar de muita experiência noutras dinâmicas políticas, na Assembleia Municipal é a primeira vez que estou. Mas não era uma falta de entendimento porque eu não tive

tempo praticamente de preparar esta Assembleia e um voto destes até merecia ser escrito. Não tive tempo de o fazer. E por isso acolho essa crítica e também registo para futuro, sem exceções. Mas resolve-se facilmente o problema se o Sr. Presidente permitir que este voto que eu expressei o tenha feito em mandato de todas as bancadas parlamentares. Portanto é de todas as bancadas parlamentares e subscrito por todas as bancadas parlamentares, se elas concordarem. E fica assim em ata, Sr. Presidente. Se permitir.”

O Presidente da Mesa, João Duque, no uso da palavra referiu:

“Estão de acordo? Parece-me que sim. É colocada à votação, formalmente só. Alguém vota contra? Alguém se abstém? É aprovado então por unanimidade.

Passamos então ao período antes da ordem do dia. Estão abertas as inscrições para intervenção. Tem a palavra a deputada Carla Canotilho.”

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sr. Presidente da Câmara, foi com enorme estupefação que lemos a entrevista do Sr. Presidente ao Correio do Minho de 9 de junho de 2018. Esta sua entrevista denota uma de duas coisas: má-fé ou ignorância.

O Sr. Presidente disse na entrevista que tinha 14 milhões de euros para investir, até finais de 2019, e que 4 milhões seriam para abastecimento de água e saneamento.

Disse também, e passo a citar: “Já disse numa Assembleia Municipal e numa reunião de Câmara que há 20 anos havia candidaturas a financiamento para este setor que não foram aproveitadas. O Presidente da Câmara Municipal da altura entendia que havia outras prioridades.” Fim de citação.

Ora Sr. Presidente, uma vez que o candidato à Câmara Municipal pelo MAI nas últimas eleições teve responsabilidades governativas no período a que se reporta e de cujo trabalho temos memória e orgulho, não nos resta alternativa a desmontar a falsidade que tantas vezes repete. Pois, Sr. Presidente, o abastecimento de água domiciliário e a rede de saneamento constitui um forte investimento do Presidente Tinoco de Faria e do Presidente Lúcio Pinto. Mas vamos aos números. Números que são inferiores ao verdadeiro investimento, uma vez que refletem só o contratualizado e que resultam apenas de notas pessoais. Só o abastecimento domiciliário de água, primeira fase, envolveu investimento superior a 3 milhões e 650 mil euros. Estamos a falar das obras de captação e de tratamento e a captação das águas provenientes da barragem das Andorinhas. Refiro, a título de exemplo, a conduta elevatória e construção de tratamento de água em Travassos. A conduta gravítica, com cerca de 10 km de extensão, e o depósito para a represa de água no Horto. A extensão elevatória da ETAR de Mirão, captação elevatória de Lanhoso. O investimento captado e realizado em

ambiente há 20 anos, Sr. Presidente, foi superior a 8 milhões de euros. Números por baixo. Ao abastecimento de água e ao saneamento, juntaram-se de facto outras prioridades, as acessibilidades, com 4 milhões de euros, a Piscina Coberta, com 2 milhões e 200 mil, o Parque do Pontido, com meio milhão de euros, a requalificação urbanística, com 2 milhões e 200 mil euros.

Sr. Presidente, não estão contabilizados nestes valores outras prioridades, como por exemplo a recuperação do Teatro Club, do Centro Comunitário de Vale do Cávado, a remodelação e recuperação do edifício dos Paços do Concelho, a modernização administrativa que foi transversal às Escolas, Município e Juntas de Freguesia, e pela qual a Câmara ganhou um projeto em termos nacionais. A Sede de Junta de Freguesia, os equipamentos nas Freguesias, as praias fluviais, a recuperação e valorização dos núcleos rurais das Freguesias, adros e arranjos das Igrejas, a organização de Congressos Internacionais, o alargamento da rede do pré-escolar a todo o Concelho, o Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, etc. etc. etc..

Posto isto, Sr. Presidente, reiteramos a nossa pergunta: Má-fé ou ignorância?

Qualquer uma das opções, não são abonatórias para um Presidente de Câmara. É necessário que os povoenses vejam, no seu representante, um homem sério e de confiança.

Compreendemos que, para valorizar os resultados modestos que o reinado do PSD, nos últimos quase 13 anos, alcançou, valha tudo para esconder o que os outros fizeram, projetaram e legaram. Mas só lhe fica mal. E, por falar em seriedade, Sr. Presidente, que obras estão previstas com estes 14 milhões de euros?"

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

"Há 8 meses, em resultado de um ato eleitoral, onde os povoenses renovaram a confiança no projeto apresentado pelo PSD, tomaram posse os atuais órgãos autárquicos. A este novo ciclo autárquico está associada uma nova liderança, protagonizada por Avelino Silva, e um projeto de 12 anos que pretende continuar a desenvolver a nossa terra. E se o trabalho realizado até aqui for um indicador do que nos espera durante este mandato, podem os povoenses estar confiantes no futuro.

Conscientes que, não obstante as dificuldades naturais que todos os dias surgem, temos uma equipa empenhada, motivada e capaz de levar a bom porto esta nau que os povoenses nos confiaram.

Sem demagogia e sem qualquer partidarite, quero partilhar com todos vós a avaliação positiva que o grupo parlamentar do PSD faz a estes primeiros 8 meses de mandato.

Apesar de sermos o grupo parlamentar que suporta esta maioria, esse facto não limita nem condiciona a visão que temos do trabalho realizado pelo executivo que gere a Câmara Municipal. Todos nós, não tenho dúvidas, queremos o melhor para a nossa terra. Provavelmente o que nos separa do PS é a forma como vemos o desenvolvimento do Concelho e o caminho a seguir para alcançar o objetivo. Mas os povoenses, com a sabedoria e a competência de que já tantas vezes fizeram prova, escolheram um caminho, confiaram numa maioria, validaram um programa eleitoral e é a execução desse compromisso que temos de fiscalizar e avaliar.

Sr. Presidente da Câmara, a nossa autarquia foi recentemente notícia por ser a que melhor cumpre nos prazos médios de pagamento nos Concelhos do Minho e uma das Câmaras Municipais com melhor desempenho no país a esse nível. Isto é, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso paga aos seus fornecedores num curtíssimo espaço de tempo, em média 3 dias.

Não sou, nem nunca fui, grande adepto de rankings ou títulos, pois sabemos que muitos deles, especialmente nestes níveis, resultam de variáveis muito subjetivas. Mas este indicador é-nos apresentado pela tutela, isto é, pela Direção Geral das Autarquias Locais. Por isso, é um indicador credível e inatacável. E então o que nos revela este dado positivo? Revela que temos uma Câmara com contas equilibradas, que honra atempadamente os seus compromissos e que, aos olhos dos fornecedores, é um excelente cliente. Trago aqui este assunto porque, muitas vezes, lemos notícias onde é colocada em causa a gestão da coisa pública e a seriedade dos políticos no tratamento das contas que a todos nós nos dizem respeito. Temos uma Câmara que trabalha precisamente no sentido da credibilização da política e do exercício das funções autárquicas deve merecer o aplauso de todas as bancadas. Senhor Presidente Avelino Silva, está de parabéns pela forma como o seu executivo gere a Câmara, tal como está de parabéns o Manuel Baptista que lhe deixou a si e a todos nós uma Câmara com boa saúde financeira.

Caras e caros deputados, falei neste indicador para avaliar a gestão do município, mas podia dar mais exemplos que sustentam a avaliação positiva que faço destes oito meses de trabalho. Só a cegueira partidária de alguns poderá impedir que se veja o fortíssimo investimento que está a ser feito em equipamentos fundamentais, como por exemplo o alargamento do Parque do Pontido. Hoje, na maioria dos centros urbanos, o que faz a diferença são os espaços públicos que permitam levar, para estes aglomerados populacionais, zonas verdes, de lazer e de encontro; as famílias poderão ter momentos de descontração, exercício físico, onde os seus filhos possam brincar com toda a segurança. Esta obra de ampliação do Parque do Pontido revela bem a política de desenvolvimento sustentado que a Câmara defende. A valorização do espaço público é uma realidade, seja nos passeios das ruas, seja nas estradas, seja no alargamento da rede de água e saneamento, seja ainda na melhoria das escolas ou da nossa praça

principal. Não me lembro de um início de mandato com tanto investimento e com uma autarquia que está atenta a todas as necessidades. Basta acompanhar as redes sociais, nomeadamente o Facebook do Presidente, para concluir que Avelino Silva não veio a jogo para facilitar. Ele está com as empresas, com as associações da terra, com os mais jovens e com aqueles que por cá andam há mais tempo. Enfim, está com o povo. Cumprindo o que prometeu e honrando o legado que recebeu no prestígio daquele que é o cargo de maior relevância institucional do Concelho. Continue assim, Sr. Presidente. A Póvoa precisa dessa energia, dessa dedicação e acima de tudo da visão que tem para o desenvolvimento dos vários setores de intervenção da nossa Autarquia. Quando vejo as empresas, umas a instalarem-se, outras a crescer no Concelho; quando falo com comerciantes e sinto que há um ambiente económico favorável; quando sinto no terreno que o povo tem respostas eficazes da sua Câmara Municipal, fico ainda mais orgulhoso por ocupar este lugar de deputado na Assembleia Municipal. Há e vai haver sempre dificuldades a ultrapassar. Mas também, qual seria o interesse se tudo fossem rosas? Mas o importante mesmo é que há um caminho definido, um objetivo a cumprir e já todos percebemos que esse caminho e objetivo nos conduzem no sentido de fazer melhor pela nossa terra e pelas nossas gentes.

Esta era, meus caros amigos, caros deputados municipais, a minha intervenção, que eu gostaria de fazer; não posso, no entanto, ir-me embora sem deixar aqui um breve reparo. Senhora deputada, Carla Canotilho, mais uma vez, creio que já é tempo de deixarmos esse tipo de argumentação: má-fé! Da outra vez, na Assembleia anterior qual foi o termo? Chamou dementes ao nosso executivo e a quem os apoia, com certeza. Acho que ninguém aqui está de má-fé. Se eu me apercebesse que alguém aqui, seja quem for, está de má-fé, ir-me-ia embora. Não é esse o nosso caminho, não é esse o nosso percurso, não é isso que nós queremos. Mas também já lhe digo, não me admira nada ver, já agora, a defesa que faz dos executivos socialistas; se calhar está é mal posicionada na sala, devia estar do lado de cá. Aquilo que eu vejo na última Assembleia Municipal, e nesta, é que ninguém defende tanto os executivos socialistas como a senhora deputada, Carla Canotilho, que afinal pertence ao MAI. Afinal eu até ia dizer que o MAI quase que parece a antiga RDA. Nas letras, nenhuma bate certo, não bate a cara com a careta. De independente, maus caros amigos, não têm nada. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Bastos, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Assistimos, no passado dia 27 de abril, à apresentação do relatório e contas da Câmara relativas ao exercício de 2017. Foi uma apresentação vaga, sem conteúdo técnico, fazendo apenas uma sucinta análise orçamental, sem uma única referência às demonstrações financeiras do Município, nomeadamente ao balanço da demonstração de resultados, demonstração dos fluxos de caixa e respetivos anexos. As questões colocadas pela oposição ficaram sem resposta, tendo sido obtida a justificação de que não tinham conhecimentos técnicos para tal. Aceitamos e registamos que assumam esse facto, mas achamos de uma falta de profissionalismo gritante que não se tenham preparado, reunindo previamente com o auditor externo ou, pelo menos, com alguém da equipa da Câmara, se existir, que domine esta área essencial, com a finalidade de preparar devidamente a Assembleia. Pior, no meu entender e é no meu entender, nem leram com a devida atenção o relatório que foi emitido em cumprimento do disposto no n.º 13 do POCAL. Se o tivessem feito, teriam reparado nas repetições, redundâncias e até incorreções do mesmo, chegando ao cúmulo de apresentar em páginas próximas, valores de receitas diferentes e uma demonstração de fluxos de caixa imprecisa até no seu total. Acreditem, e não dizemos isto com satisfação, estamos preocupados pela falta de conhecimentos demonstrada. Não sabiam sequer se as contas apresentadas eram apenas relativas ao segundo semestre ou do exercício no seu todo. Estamos também preocupados pela falta de preocupação com as contas da Autarquia e com a aparente entrega das mesmas a uma entidade externa. Obviamente que as contas devem ser auditadas e certificadas externamente por uma entidade credenciada para tal, uma sociedade de revisor de contas, mas o que transpareceu foi uma total ausência de preocupação e, permitam-me, responsabilidade. Uma falta de conhecimentos técnicos não serve de justificação e pode-se dar o exemplo de uma qualquer empresa. Hoje em dia, qualquer gestor público ou privado, tenha ele a formação académica que tiver, tem a preocupação de dominar, minimamente, as demonstrações financeiras da sua empresa. Só assim, na posse desses e de outros dados, poderá fazer o que dele se espera, uma tomada de decisão acertada.

Estamos em crer que, no vosso caso concreto, não sabem por esta hora sequer com que passivo ou resultado líquido a Autarquia encerrou o exercício transato. Para além de tudo isto, revelamos outras preocupações:

N.º 1 - A redução do índice de autonomia financeira do Município, apenas compensada pelo aumento das transferências da administração central e pelo aumento dos índices dos fundos municipais;

N.º 2 - Os rácios de liquidez baixaram consideravelmente. A liquidez geral passou de 126% para 58 e a liquidez imediata de 88 para 33% com a conseqüente redução das capacidades de satisfação das obrigações a curto prazo;

N.º 3 – O cumprimento do estipulado no artigo 74.º da Lei n.º 42/2016 refere que os municípios devem reduzir no mínimo 10% os pagamentos em atraso por mais 90 dias.

No entanto e até ao contrário, creio, do que já foi dito hoje, V. Exas. mencionam que não tem pagamentos em atraso com mais de 90 dias, mas anexaram inocentemente o balancete de terceiros que demonstra de forma evidente o contrário. Existiam dezenas de fornecedores que não tiveram um único pagamento sequer, no decorrer do exercício de 2017.

Ponto 4 – Um passivo alto, tendo as dívidas a terceiros aumentado em cerca de 200%;

Ponto 5 – Uma diminuição do resultado líquido em cerca de 77%.

Gostaríamos, ainda, de levantar as seguintes questões, na esperança de obter desta vez a vossa resposta. Tentamos não ser muito técnicos. Relativamente aos empréstimos bancários, são referidas as taxas baixas, é verdade, mas pela indexação às taxas de mercado vai baixar consideravelmente, sem exceção. Mas importa saber quais são os spreads que nos acompanham. De nada interessa se as taxas são baixas, se associadas a spreads elevados. Pelo que urge saber quais são estes últimos. Relativamente às reconciliações bancárias apresentadas, podemos verificar que existem imensos valores em aberto ou por compensar. Pelo que gostaríamos de saber as justificações de cada um e respetiva antiguidade, porque daqui podem advir regularizações materialmente relevantes. Relativamente ao item das provisões parece-nos pouco cauteloso: a única que foi constituída foi relativamente ao Centro Escolar de Monsul. Dados os processos ainda a recorrer, está prevista a constituição de mais alguma provisão? Podem dar-nos mais alguma atualização sobre isso?

Ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 167.º da Lei 73/2013, como sabem, existe a necessidade da emissão da certificação legal de contas, com o respetivo parecer por parte da sociedade do revisor de contas. A questão que colocamos é se já está emitida? E se não está emitida, para quando está prevista? Já estamos a entrar no segundo semestre.

Por último, uma breve nota. Para quase todos vocês já não será novidade, mas pessoalmente achei lamentável e um atropelo do código de ética, que os deveria orientar, o artigo do jornal que penso que todos sabem qual é, sobre a última Assembleia, relativamente à apresentação das contas. Foi de uma parcialidade que já não se usa e que em nada dignifica a democracia e todos os povoenses que tentam saber, por esse meio, o que se passa em cada Assembleia. Ficou até a ideia de que já estava meio alinhavado. Muito obrigado e boa noite a todos.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A minha intervenção vem no seguimento da intervenção do senhor deputado Luís Amaro da Costa, quando nos passa uma ideia de grande investimento e que está tudo muito bem, tudo a ser muito bem feito. Quando fala em investimento no Concelho deve, portanto, considerar que as Freguesias não fazem parte do Concelho, por certo. É que, por acaso, até falou num caso e deu um exemplo muito bom nesse sentido. O Parque do Pontido. O Parque do Pontido é um projeto, efetivamente, um projeto fundamental para que as famílias possam disfrutar de espaços verdes, onde os nossos filhos possam brincar. Mas, e as crianças de Sobradelo da Goma, de Serzedelo, do Baixo Concelho não tem o mesmo direito que as crianças da Vila? Quando falamos em investimento do Concelho, às vezes estamos a confundir muito o investimento que está a ser feito no centro da Vila, com investimento efetivamente no Concelho.

O Concelho não é a Freguesia da Póvoa de Lanhoso, senhor deputado. E depois, terminando indo de encontro à referência que fez à senhora deputada do MAI, dizer-lhe o seguinte: não é verdade que ninguém defenda os anteriores executivos do PS, porque tudo aquilo que foi aqui referido pela senhora deputada foi já anteriormente referido por nós, várias vezes, durante o mandato anterior e em várias situações. E portanto, o senhor deputado quando diz que o PS está dos dois lados da sala e o PSD está no meio, isso está longe de ser verdade, pois há muita coisa que nos separa do GP do MAI. Eu, se calhar pegava na sua frase, refazia a frase e ficaria se calhar melhor que a verdade está dos dois lados da sala e o PSD está ao meio. Isso fica mais correto dessa forma. Muito obrigado.”

Interveio o Presidente da Mesa, João Duque, e concedeu a palavra o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa e, no uso da palavra, referiu:

“ Senhor deputado Filipe Silva, eu só queria que me dissesse, de tudo aquilo que eu disse, o que é que não corresponde à verdade. Onde é que eu o enganei ou de alguma forma adulterei aquilo que se passa no Concelho? E isso é que eu gostava que me dissesse. Agora onde é que está aqui alguma coisa que não é verdade? Esta obra que aqui afirma ou que aqui leu não consta, não existe. Isso é que eu queria que me dissesse. Agora, retórica? Eu também, com esta intervenção, fiquei agora a saber – e vou registar para memória futura – que, para o Sr. deputado Filipe Silva, na Vila não se devem fazer obras. Não, foi isso mesmo. Desculpe, é isso. Não se devem fazer obras na Vila.

Aliás, nem se devem aproveitar os fundos que pagam essas obras. Isso não se deve fazer. Devemos é fazer obras nas Freguesias, mesmo que para lá não haja nenhum fundo, nem haja nada. Essa é a sua interpretação. Mas não é a interpretação deste executivo que, e muito bem, ganhou as eleições e em quem os povoenses votaram.

Esquece-se. Agora, querer arrebatat para si toda a verdade e deixar o PSD ao meio, santa paciência. Isso já nem ao diabo lembrava, senhor deputado. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva e, no uso da palavra, referiu:

“A frase que eu disse foi: o senhor deu um bom exemplo, porque o Parque do Pontido é um projeto fundamental, essencial para a Póvoa de Lanhoso. Eu disse isto, portanto não disse que as obras no Centro da Vila não eram fundamentais, disse que eram fundamentais. Agora o que eu lhe disse, e recapitulo, é que o Concelho da Póvoa de Lanhoso não é o Centro da Vila. Porque senão o senhor podia fazer a mesma intervenção e dizer que o senhor Presidente Avelino Silva está a fazer um grande trabalho no distrito, porque fez o Parque do Pontido na Póvoa de Lanhoso, que também está inserido no distrito. É quase a mesma coisa, senhor deputado. Muito obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora Dra. Carla, o passado já foi julgado. E posso-lhe dizer uma coisa, com toda a sinceridade: quando se dirigir a mim nesses termos, eu nunca mais lhe dirigirei a palavra. Porque, realmente, a senhora não merece que eu lhe responda.

Senhor deputado Paulo Bastos, o relatório de contas já foi aprovado na última Assembleia, portando já estamos em junho e estamos a preparar o plano de atividades para 2019. Não sei porque é que vem falar neste assunto agora. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra à deputada do GP do MAI, Carla Santos.

Interveio a deputada do GP do MAI, Carla Santos e, no uso da palavra, referiu:

“Deixar de dizer falsidades e comparações absurdas está do vosso lado. Quando deixarem de as fazer, não me ouvem mais. Senhor presidente da Câmara, quando deixar de dizer falsidades relativamente àquilo que se passou, eu deixo de intervir. Aliás, eu não consigo perceber porque é que o senhor Presidente faz isso. Só lhe fica mal. Relativamente ao meu posicionamento no PS ou no MAI, senhor deputado não se preocupe com isso, porque não tem que ver com partidos, tem que ver com memória, com as pessoas, e tem que ver com o legado. E há pessoas que se orgulham daquilo que foi feito na Póvoa de Lanhoso.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado do GP do PS, Paulo Bastos, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Viemos colocar as questões porque, numa primeira vez, não nos responderam e hoje, quando parece que a coisa não pode piorar, ainda fizeram pior. Não responderam outra vez e demonstram realmente que são contas, não é. E que não têm conhecimento sequer do que se passa, nem acham isso importante sequer. Estamos no nosso direito de colocar as questões; desculpe a expressão, sei que hoje está um bocado melindrado, mas faria melhor figura se as tivesse respondido. Boa noite.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Há uma pergunta que foi feita relativamente aos 14 milhões, tal como está referido na entrevista que o Sr. Presidente deu, e que gostávamos que fosse esclarecida. Também gostaria de referir – e vamos ver isso no ponto 7 em pormenor, porque a dívida de curto prazo tem aumentado galopadamente, com pressão de tesouraria – que aquilo que o senhor deputado Luís Amaro referiu sobre o prazo curto de 3 dias para pagamento tecnicamente não é verdade e o senhor sabe: se a sua empresa é fornecedora da Câmara sabe que não é verdade; não é verdade porque, como sabem, a maior parte das Câmaras Municipais está muito endividada e a geringonça governativa considerou expurgar os prazos internos como prazos legais; portanto a entrega, a conferência, a valorização, a aprovação das faturas, isso não conta. Não deixo de destacar, por honestidade, que a hombridade política com que o senhor Presidente e este executivo, não o que estava em outubro, tem cumprido e tem dado outra imagem do executivo, do município, relativamente ao pagamento de faturas, mas não é verdade, e isso é demagogia, senhor deputado municipal. E vou dizer outra coisa – não me interrompa – vou dizer outra coisa aqui, frontalmente, que tem a ver com esta lógica das asneiras. As asneiras são como a verdade: quando se diz uma, depois diz-se mais e mais. Comparar-nos à RDA – vou terminar senhor Presidente, com um bocadinho de benevolência, que isto é quase defesa da honra da bancada – comparar-nos à RDA, que foi um dos países de mais ditadura do mundo, com uma polícia política como não houve outra, é malícia, não é má-fé, é malícia. É malícia política, senhor deputado. E vou-lhe dizer mais, como o Camões dizia aos “Velhos do Restelo”: o senhor imagina a malícia no peito alheio, quando o senhor é que a tem. Isso é malícia política e não lhe fica bem. E vou-lhe dizer

outra, senhor deputado: nós somos independentes porque o nosso fundamento, a nossa preocupação, a nossa maneira de fazer política é virada para a Póvoa de Lanhoso, para as suas gentes e não para interesses ou partidarites, que o senhor aqui, periodicamente, pontualmente vem defender, como aquele defesa central que gosta de atacar e depois foge com as pernas.”

Interveio o Presidente da Mesa, João Duque, e concedeu a palavra o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado do GP do PSD, Luís Amaro da Costa, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor deputado, lá estamos nós a enveredar por caminhos que não tem nada a ver com isto. Desculpe. Ninguém comparou o MAI à RDA. Comparei as letras, as siglas, os nomes. Senhor deputado, convém saber ouvir e saber escutar e entender. Este comportamento? Isto é inaceitável, senhor deputado.

Isto vem, aliás, num seguimento do que já numa Assembleia anterior... o senhor não estava cá, porque se calhar se estivesse hoje não fazia a mesma coisa. Isto é inaceitável, senhor Presidente. E volto a referir, que é para chamar à atenção de uma vez por todas. Os senhores deputados que tenham alguma hombridade na forma como se dirigem aos colegas de outras bancadas. Muito obrigada.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor deputado, só para responder ao investimento de 14 milhões. Toda a gente sabe quais são as obras dos 14 milhões. Mas vou dizer que são 3 milhões e 800 mil em água e saneamento em 10 Freguesias do Concelho e o restante é para a regeneração urbana, que é o Pontido, que é a Praça, passeios pedonais, Escola Secundária e futuramente a Feira. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, informou que tinha terminado o período antes da ordem do dia (PAOD). Informou que não havia inscrições, no âmbito do período destinado aos Presidentes de Junta de Freguesia e, por esse motivo, passou para as intervenções das Comissões. Concedeu a palavra à deputada Fátima Alves, da Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento.

Interveio a deputada Fátima Alves da Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Venho, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanização, Edificação e Planeamento, dar-vos nota que ontem houve a primeira reunião desta Comissão, nos Paços do Concelho. Na reunião, todos os membros entenderam que, antes de ser traçado um plano de intervenção para esta Comissão e uma vez que a Câmara Municipal é detentora de uma divisão direcionada a urbanismo e planeamento, seria, numa primeira fase, essencial existir uma reunião de aproximação entre a Divisão de Urbanismo e Planeamento da Câmara, designada por DGUP e esta Comissão. Nesse sentido, foi enviado um e-mail a solicitar à mesa da Assembleia Municipal, em primeiro lugar, para avaliar a possibilidade de ser feita a dita reunião de aproximação e em caso de a mesma ser aceite, ser definida a data para a sua realização. Em nome da Comissão, é tudo o que nos cumpre informar neste momento. A todos vocês, muito obrigada.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado Miguel Pereira da Comissão Permanente de Juventude, Educação e Desporto.

Interveio o deputado Miguel Pereira da Comissão Permanente de Juventude, Educação e Desporto, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como Presidente da Comissão Permanente de Juventude, Educação e Desporto, também é só para anunciar, no plenário, que reunimos no passado dia 3 de maio de 2018, nos Paços do Concelho. Nessa mesma reunião ficamos de definir um plano estratégico para a Comissão apresentar, numa próxima Assembleia Municipal.”

O Presidente da Mesa informou que havia um pedido de intervenção do grupo de trabalho para a revisão do regimento. Concedeu a palavra ao deputado José Miranda Gomes.

Interveio o deputado José Miranda Gomes, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Foi constituído, no seio desta Assembleia Municipal, um grupo de trabalho para a revisão do regimento da Assembleia Municipal, constituído por representantes do PS, do PSD, do MAI, da Mesa da Assembleia Municipal e dos Presidentes de Junta.

Como sucedeu no mandato anterior, com a participação e intervenção de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal. No passado dia 19 de junho de 2018, ocorreu a primeira reunião de trabalho, que se revelou muito produtiva, tendo sido agendada uma segunda reunião, para continuação dos trabalhos.

Lamentavelmente, no dia 18 de junho de 2018, um dia antes da primeira reunião de trabalho, o MAI, através do senhor deputado Rui Rebelo, informou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de que iria deixar este grupo de trabalho.

Naturalmente, o MAI é livre de integrar ou não qualquer grupo de trabalho ou comissão. No entanto, os restantes membros do grupo de trabalho não podem deixar de condenar esta atitude precipitada e unilateral, que revela uma falta de consideração perante os próprios membros deste grupo de trabalho e até perante esta Assembleia Municipal. Nessa medida, é sintomático o facto de o MAI e o seu deputado Rui Rebelo não terem tido sequer a decência de comunicar tal renúncia, quer ao Presidente do grupo de trabalho quer a qualquer um dos restantes elementos. Para além disso, os motivos evocados para a renúncia não tem qualquer cabimento e demonstram, à saciedade, que o objetivo e o propósito único do MAI e do senhor deputado Rui Rebelo, ao integrar este grupo de trabalho, era obter mais tempo de intervenção, ao arrepio da sua representatividade.

Naturalmente, e apesar da renúncia do MAI, os membros do grupo de trabalho vão continuar a desempenhar as suas funções e a trabalhar para apresentar a esta Assembleia um projeto que melhore o regimento.”

Interveio o Presidente da Mesa, João Duque, e concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo e, no uso da palavra, referiu:

“Senhor Presidente da Assembleia, eu lamento profundamente esta intervenção do membro que o Senhor Presidente da Assembleia designou, para liderar este grupo de trabalho.

Porque fala em falta de decência e falta de decência é que não tive, nem nunca tive na vida. Porque este grupo foi determinado, por iniciativa da Mesa da Assembleia, no órgão de conferência de representantes de 12 de fevereiro de 2018. E foi constituído formalmente em 28 de fevereiro de 2018, neste plenário, com a nossa anuência e a nossa consensualização. Até 20 de junho, que foi quando foi a reunião, não foi a 19, até 20 de junho, que foi a primeira reunião, o membro do MAI, e sei que os membros do PS, porque foi isso que o deputado Filipe Silva disse, não tiveram qualquer contacto, não tiveram qualquer ideia, qualquer ação de trabalho do membro representante da Mesa e líder deste grupo de trabalho. Porque foi uma total inação e inoperação, neste grupo de trabalho. E evidentemente que o MAI – que foi o único (e o senhor Presidente não referiu isso) foi a única força política que apresentou uma proposta de revisão, a bancada do PS e a bancada do PSD não apresentaram – é evidente que se sentiu defraudado nesta situação, porque quase 4 meses depois de ser constituído não ter uma reunião de trabalho eu pergunto: que metodologia? Que trabalho é que encetaram? Vamos continuar o trabalho. Mas que trabalho é que encetaram?

Relativamente à questão de nós abandonarmos o grupo de trabalho, foi comunicado por três e-mail’s ao Presidente da Mesa da Assembleia – nem sequer temos o contacto do

grupo de trabalho. Foi comunicado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal qual era o ponto da situação, e o nosso protesto e a nossa insatisfação pelo facto de não estarmos a trabalhar devidamente neste grupo, que era urgente, do nosso ponto de vista. Não era para termos um tempo de intervenção que não confere com a nossa representatividade, era para termos um tempo de intervenção que nós achamos que confere com a nossa representatividade, porque continuamos a dizer que há uma representatividade nos resultados eleitorais, quando se juntam os votos das Assembleias de Freguesias e Assembleia Municipal, porque as pessoas não votam duas vezes no mesmo sítio.

E portanto, só para terminar, senhor Presidente da Assembleia, a nossa posição foi transmitida ao senhor Presidente da Assembleia, com pedido de transmissão, de comunicação a todos os deputados municipais. E ele cumpriu, fê-lo aqui; não tínhamos mais o que fazer e agora aguardamos, porque fizemos uma proposta de revisão e aguardamos que, pelo menos no plenário de setembro – se não houver uma extraordinária antes, que não deve haver, não é senhor Presidente? – ao menos tragam um projeto final, para todos nós, que temos a legitimidade de apreciarmos, debatermos e votarmos a revisão do regimento. Obrigado.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado José Miranda Gomes.

Interveio o deputado José Miranda Gomes, cumprimentou os presentes e no uso da palavra referiu:

“O senhor deputado Rui Rebelo, de facto, vem confirmar aquilo que eu disse, mas antes de mais, só um pequeno reparo: esta intervenção não é do membro. Esta intervenção e declaração é de todos os membros que, de facto se sentiram insultados pelo deputado. De facto não teve sequer a hombridade – aliás o senhor teve o descaramento de dizer que não tem o contacto do Presidente do grupo? Com o devido respeito, o senhor não sabe que eu sou advogado? O senhor vai à minha página e sabe que tem lá o meu contacto, com o devido respeito, mas mesmo que o senhor tivesse, mesmo que o senhor tivesse alguma dúvida, contactava os serviços. Mas o que é importante – isto não é relevante – o que é mais relevante é que o senhor não desmentiu as razões do porquê do MAI se ter autoexcluído. O MAI o que pretendia, eu não queria dizê-lo, mas já que o senhor me obrigou a dizê-lo, vou-lhe dizer: qual era o objetivo do MAI? Desde o princípio. Desde a primeira reunião que o senhor teve connosco. Na conferência de líderes o que o senhor, o MAI pretendia? O MAI pretendia mais representatividade, excluindo os senhores Presidentes de Junta. Com o devido respeito, não é preciso ser um grande jurista, não é preciso ser grande jurista. A lei é taxativa: os presidentes de junta são membros a tempo inteiro desta Assembleia. Não poderiam ser excluídos, para ter

mais representatividade e mais tempo de intervenção. Era isso que o MAI queria, desde a primeira hora. Porque o senhor não tem razão. Vamos objetivamente analisar as coisas. Eu pergunto: quantas reuniões o senhor já fez com a sua Comissão? Uma. Quantas reuniões fizeram já as outras Comissões? Uma. O senhor está preocupado? O senhor está com essa pressa toda? E eu pergunto, mas para quê tanta pressa? As coisas fazem-se naturalmente no seu tempo. O problema é que, de facto o senhor, não teve sequer a hombridade de avisar, nem o Presidente; com o devido respeito, este grupo foi criado: depois de ser criado, é independente, naturalmente. Portanto, o senhor teria que reportar ou a mim ou aos membros. Não era reportar ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, obviamente. Se estava insatisfeito, pelos vistos, contactava. Mas o senhor não fez isso. O senhor não fez isso, porque o seu objetivo não era esse. Nunca foi esse. Portanto, com o devido respeito, senhor deputado Rui Rebelo, digo-lhe uma coisa, com o devido respeito. O senhor aqui... O que o senhor demonstrou aqui é falta de respeito pelos outros membros. E sabe uma coisa, que eu não admito? É que o senhor não tem textura política, o senhor não tem sequer finesse. Eu vou, se calhar, ter que ser um bocado duro, mais vai ter que ser, porque de facto o senhor revelou aqui que não tem sequer textura política, de facto. O senhor não tem, não tem...

Aliás as suas intervenções demonstram isso. A sua arrogância demonstra isso tudo. Portanto, senhor deputado, eu vou terminar e vou-lhe dizer uma coisa: senhor deputado Rui Rebelo, reduza-se à sua insignificância política, tome muitos banhos de humildade política, para ver se consegue sacudir um bocadinho da sua petulância, arrogância e jactância política.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao deputado do GP do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado do GP do MAI, Rui Rebelo, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra referiu:

“Conhecem-me há muitos anos e eu não sou pessoa para não ter fineza pessoal e política; não estou aqui no vosso seio para não ter respeito por todos, para insultar membros do grupo de trabalho. Como é que eu poderia ter insultado? Já agora, gostava que vocês dissessem, se identificassem os que se consideraram insultados como membros do grupo de trabalho. Eu não cheguei a reunir com eles, porque está-se a mentir. Disse que se discutiu o que o MAI quis. O MAI nunca teve uma reunião, porque o grupo de trabalho só reuniu a 20 de junho, na passada terça-feira e foi constituído formalmente em 28 de fevereiro. Vejam isto. E portanto é mentira que o MAI tenha dito que nós não queríamos era que os presidentes da Junta não tivessem tempo. Não era essa a situação. E está lá a nossa proposta de revisão do regimento. Nós saímos do grupo de trabalho porque não podíamos compactuar com esta situação e dissemos isso

na conferência de representantes. Aí mentiu o senhor deputado Miranda Gomes. Dissemos na conferência de representantes, ali, com franqueza, a todos, que não compactuávamos mais em situações destas em que não houvesse um limite de tempo de reunião e um limite de tempo para conclusão dos trabalhos, seja de que grupo de trabalho for. E vai haver mais, no futuro. E sem esta condição reunida, nós não participaremos mais. E foi nessa situação, e portanto eu não preciso, para fazer afirmação das minhas ideias e dos meus propósitos, de ofender seja quem for. E portanto, eu não lhe vou atribuir os mesmos epítetos que o senhor me fez, porque eu não tenho essa baixeza de o fazer.”

O Presidente da Mesa, João Duque, deu início ao período de intervenção do público (PIP), que tinha sido antecipado. Referiu que a primeira intervenção era de um grupo de alunos do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio.

Interveio uma aluna do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e, no uso da palavra, referiu:

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento o público em geral.

Vimos hoje aqui apresentar uma carta de recomendação pela prevenção de incêndios e pela proteção da floresta do Concelho da Póvoa de Lanhoso, elaborada pelos alunos do 8.º e 9.º ano da EB 2/3 Professor Gonçalo Sampaio.

Considerando que o Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio tem, desde 2016, implementado o projeto de prevenção de incêndios e de proteção da floresta, que tem como principal objetivo formar cidadãos conscientes, atentos e ativos no âmbito da proteção dos incêndios e da valorização da floresta autóctone. O projeto prevenção de incêndios e proteção da floresta tem um plano de ação com duas vertentes: atividades direcionadas para a prevenção de incêndios e atividades direcionadas para a proteção da floresta.

No âmbito desse plano de ação foram formalizadas parcerias com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e está a ser envolvida toda a comunidade educativa. O projeto visa trabalhar estas duas problemáticas na comunidade e no meio, a partir da escola e dos seus alunos.

Os alunos que integram o projeto realizaram sessões de sensibilização e informação em algumas Freguesias do Concelho, onde ouviram as populações e os autarcas locais e onde puderam conhecer a realidade concelhia, no que se relaciona com a prevenção de incêndios e a proteção da floresta.

Face ao trabalho realizado até ao momento, é do entendimento de todos os envolvidos no projeto que é possível atuar ainda em várias vertentes da prevenção de incêndios e da proteção da floresta.

Assim, o Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio recomenda à Câmara e Assembleia Municipais da Póvoa de Lanhoso que:

No âmbito da prevenção de incêndios crie um programa de vigilância que contemple a criação, formação e colocação no terreno de equipas que devem integrar jovens e pessoas em situação de desemprego, que terão a função de vigiar as florestas das Freguesias consideradas de nível prioritário em matéria de prevenção de incêndios;

Que estruture um plano de reservatórios de água, cujo sistema deve ser de aproveitamento de águas pluviais e de águas baldias nas zonas com maior área florestal, onde os recursos hídricos são escassos ou inexistentes;

Antes da época crítica de incêndios, verifique o estado de funcionamento das bocas-de-incêndios em todo o Concelho, garantindo o seu pleno funcionamento em caso de incêndio;

Verifique também as condições dos caminhos que atravessam e que dão acesso às florestas, assegurando que estes são transitáveis e estão em perfeitas condições de acessibilidade;

Em termos de ordenamento da floresta, que se preveja a criação de barreiras naturais contra o fogo com árvores bombeiras, carvalho, bétulas e castanheiros nos limites dos aglomerados populacionais;

No âmbito da proteção da floresta, recomendamos que seja definida, como área de proteção prioritária em matéria de ordenamento da floresta, a zona envolvente ao Monte do Pilar e a zona envolvente do Carvalho de Calvos;

Que a Câmara Municipal crie um programa de incentivos a reflorestar, utilizando espécies autóctones;

Que este programa seja regulamentado e divulgado de forma ampla;

Que, no âmbito do programa de ordenamento da floresta, as áreas ardidas apenas possam ser reflorestadas com espécies autóctones;

Que se preveja um plano das espécies invasoras, tanto nas zonas ribeirinhas do Rio Cávado como na zona envolvente ao Castelo.

E que, nos terrenos baldios das Juntas de Freguesia, só possam ser plantadas espécies nativas da nossa floresta.

Que, nas Freguesias, se apoie a criação de grupos comunitários que, em parceria com o Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio e as famílias dos seus alunos, promovam a atividade de educação ambiental, de limpeza e de reflorestação de áreas queimadas.

Desejamos que as nossas recomendações sejam ouvidas, não fiquem apenas no papel, pois são resultantes da audição das populações, na defesa de uma Póvoa mais verde e sem fogos.”

O Presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao senhor José Oliveira.

Interveio o senhor José Oliveira, cumprimentou os presentes e questionou se o período de intervenção do público ia ser definitivamente antecipado, ou se tinha sido apenas naquele dia.

O presidente da Mesa, João Duque, informou que, em princípio, ia ser alterado, mas apenas quando o regimento fosse revisto.

Interveio o senhor José Oliveira e referiu que também gostava de ser respeitado como os jovens.

O presidente da Mesa, João Duque, informou que era apenas para os jovens não se deitarem muito tarde.

Interveio o senhor José Oliveira e referiu que o assunto que o trazia ali era sobre o IMI. Referiu que ia ser simples e direto, para obter resposta. Questionou o Presidente da Câmara Municipal, sobre qual a razão dos contribuintes da Póvoa de Lanhoso pagarem mais IMI do que os contribuintes de Fafe.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal, Avelino Silva e, no uso da palavra, referiu: *“Senhor José Oliveira, é um prazer falar consigo. Já não é a primeira vez que lhe esclareço este assunto. O IMI tem baixado gradualmente todos os anos e, se realmente tivesse uma casa em Guimarães, Braga, Vila Verde ou Vizela, de certeza que pagaria mais. Obrigado.”*

O presidente da Mesa, João Duque, concedeu a palavra ao senhor António Ramalho.

Interveio o senhor António Ramalho, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“A situação que me traz aqui é a seguinte: no dia 13 de abril do corrente ano requeri à Câmara Municipal a emissão de uma certidão. Devo referir, para quem não souber, que pedir certidões é a coisa mais corriqueira que qualquer advogado pode fazer no seu dia-a-dia. Todavia, não é necessário sequer fundamentar de direito as razões do requerimento da certidão. Todavia, eu tive o cuidado de fundamentar devidamente a minha pretensão. A Câmara, como quer que seja, tem toda a legitimidade para recusar a emissão dessa certidão. Só que, naturalmente, tem que o fundamentar, como não foi o caso, como irão ver a seguir.

O que é que eu pedia que a Câmara me certificasse? Apenas isto: a quem foi concedida a licença inicial para a colocação do outdoor que se encontra aqui na Praça Eng.º Armando Rodrigues? Se foi à empresa Vieira e Vale, Lda. ou a outra qualquer? Em nome

de quem se encontra atualmente? Quem pagou a taxa inicial correspondente ao respetivo licenciamento? E quem tem vindo a pagar as taxas vencidas desde então? Se foi pedida à Câmara Municipal alguma alteração da titularidade desse licenciamento? Se a empresa Francisco Joel Silva, Unipessoal Lda. pessoa coletiva, número tal, com sede na Rua Martim Moniz, Geraz, deste Concelho, invocando a qualidade de proprietário, efetuou o pagamento de alguma importância a título de taxas, fosse relativo ao licenciamento inicial, fosse com caráter de renda periódica?

Este requerimento foi feito no dia 13 de abril. Deveria ser respondido no prazo de 10 dias úteis, prazo esse que terminaria no dia 30 de abril. A resposta da Câmara foi a seguinte: reportando ao seu requerimento datado de 13 de abril, informo que o painel publicitário eletrónico que se encontra colocado no Centro da Vila, mais concretamente na Praça Eng.º Armando Rodrigues, encontra-se em fase experimental e em resultado de uma apresentação do produto efetuada por uma empresa da Póvoa, como sabe – não sei porque é que tinha que saber, mas pronto – como sabe, para divulgação dos eventos e iniciativas do Município do Concelho. Em boa verdade, há uns anos atrás, o suporte fixo que tínhamos na Praça estava a ser vandalizado de forma reiterada e, quando procurávamos soluções alternativas, surgiu-nos esta possibilidade, que acolhemos a título experimental. Informamos ainda que agora, com as obras da Praça iniciadas, esta estratégia de comunicação está a ser reavaliada e aguardamos, há algum tempo, que o suporte seja retirado.

Portanto, em boa verdade, não diz nada relativamente aquilo que requeri. De todo o modo, eu procurei e fiz menção da urgência que tinha na certidão, passei várias vezes pela Câmara, não estava pronta; no dia 30 de abril ao fim da tarde não estava pronta. Fui lá no dia 02 de maio, porque no dia 01 era feriado, e foi-me dito, pelos responsáveis, que a resposta me seria enviada por correio. Isto foi-me dito no dia 02 de maio e eu, de facto, no dia 04 recebi, em minha casa, não no meu escritório, a resposta ao requerimento. Portanto, deram-se ao trabalho de consultar o meu endereço da base de dados. Devem ter confundido talvez com um convite para casamento ou algo do género. E não era o caso. E então o que é que diz a segunda certidão? Não foi levado a cabo nenhum tipo de procedimento inerente ao licenciamento do painel publicitário situado na Praça Eng.º Armando Rodrigues. O painel publicitário é pertença de uma empresa situada no concelho e foi colocada a título experimental e alvo de contrato de parceria. Todavia, não é indicado qual é a empresa. Portanto, o segredo está aqui. O que está aqui em causa é que pretendem e pretenderam...

Senhor Presidente, na próxima Assembleia venho cá colocar as mesmas questões.

O que se passou aqui foi tentar cobrir um senhor que se senta acolá, naquela bancada, e esse senhor celebrou um contrato, celebrou um acordo de trabalho, para pagar 3 mil e 500 euros, em 10 prestações mensais, durante 1 ano. Não pagou uma única. E foi penhorado o painel publicitário. O senhor chama-se Pedro Antunes. Está acolá. Foi para

proteger aquele senhor, que não foi indicada qual era a empresa. Tão simples como isto. Vejam a honradez, a credibilidade, a seriedade do cavalheiro.”

Interveio o Presidente da Mesa, e interrompeu a sessão, tendo em conta a exaltação dos ânimos. Questionou se estavam em condições de prosseguir. Informou que se faria uma pausa de cinco minutos.

O Presidente da Mesa retomou os trabalhos. Depois concedeu a palavra ao Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, para apresentar o Centro Qualifica, que é um Centro importante para a formação de adultos. Concedeu a palavra às representantes desse Centro.

Interveio a representante do Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, cumprimentou os presentes e, no uso da palavra, referiu:

“Eu estou aqui em representação do Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso. Nós estamos sedeados na Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso e o Centro Qualifica é uma estrutura que é orientada para a educação e formação de adultos. Portanto, é dirigida a todos os adultos, maiores de 18 anos, que pretendam aumentar as suas qualificações. E qualificações pode ser escolaridade, 4.º, 6.º ou 9.º ano ou 12.º ano ou procura de qualquer formação com qualquer qualificação profissional, ou outro tipo de formações; portanto, quem quer reorientar a sua carreira, pensar em outros voos, outras possibilidades. Portanto, o Centro Qualifica é uma estrutura preparada para receber adultos e para os ajudar nos seus projetos de vida, de carreira e de qualificação. Portanto, para aumentar também a sua escolaridade. Também é dirigido a jovens a partir dos 15 anos, os nem, nem, nem. Portanto, que não estão na educação, não estão em formação, que não estão a trabalhar. Uma vez que a esses é mais difícil chegar, o nosso propósito, o nosso objetivo hoje aqui é vir divulgar o Centro Qualifica e pedir-vos a todos para divulgarem, também junto das pessoas que conheçam, junto das pessoas que saibam que pretendem aumentar as qualificações, aumentar a escolaridade, que procurem algum tipo de formação. Nós já existimos há 1 ano e já temos várias parcerias aqui no Concelho da Póvoa de Lanhoso e também em Vieira do Minho. Portanto, este é o único Centro Qualifica que responde a esta necessidade da população nos Concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho e é ali que nós queremos que vá confluir tudo, para podermos também encaminhar para as demais ofertas, com os parceiros todos aqui da Póvoa de Lanhoso.

Não sei se me estou a esquecer de alguma coisa. O flyer já tem aí os nossos contactos. Agradecemos também terem-nos permitido distribuir. Procurem-nos. Nós temos respostas e opções para todo o tipo de necessidades dos adultos e o slogan dos Centros Qualifica, ou do Programa Qualifica é: Mais qualificação, melhor emprego.

Sabemos que isto tem impacto: as qualificações, a escolaridade tem impacto no emprego. Tem impacto também na escolaridade dos filhos, na valorização da escola, na educação e portanto no desenvolvimento de toda uma comunidade. Acho que devemos estar todos em prol disso e a trabalhar também para isso. Agradecemos que façam esta divulgação e que nos contactem, que nos procurem, se precisarem de informações: nós estamos abertos todos os dias da semana, incluindo 3 dias da semana, das nove da manhã às dez da noite. Portanto, há horários para toda a gente. Agradecemos então esta divulgação. Muito obrigada pelo vosso tempo. Boa noite.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa, João Duque, deu por terminado o Período de Intervenção do Público (PIP) e passou ao período da ordem do dia. **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** Informou que estavam abertas as inscrições para pedidos de intervenção e concedeu a palavra à Câmara Municipal, para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou todos os presentes e referiu que: *“O relatório de atividades, destes últimos meses, espelha a estratégia que este executivo definiu para o primeiro ano deste mandato.*

Fica bem claro que estamos a cumprir o que assumimos com os povoenses. As obras que candidatamos aos projetos dos fundos comunitários cumprem o seu calendário; umas estão em fase final de conclusão, outras estão a decorrer a bom ritmo e outras estão prestes a começar, como, por exemplo, as obras da escola Professor Gonçalo Sampaio.

Por outro lado, estamos a realizar as atividades dos pelouros, sejam da educação, seja na ação social, seja na juventude, ou mesmo no desporto. São exemplos os prémios de mérito escolar, a semana da criança e do ambiente, a semana da saúde e de qualidade de vida, a prova de ciclismo “Grandfondo” ou o teatro para bebés. Confesso que me sinto orgulhoso pela dinâmica que a autarquia demonstra e, acima de tudo, por sentir que estamos a desenvolver o concelho e a melhorar a qualidade de vida de todos os povoenses.

Há um outro trabalho, mais discreto, mais de igual importância, a que temos dado prioridade. Falo do trabalho ao nível do desenvolvimento económico do nosso concelho. Felizmente, o país está a viver uma fase positiva, onde a economia está a crescer, permitindo um melhor ambiente para os investidores. A Póvoa de Lanhoso tem demonstrado que está preparada para esta fase e tem aproveitado esta oportunidade para fortalecer o seu tecido empresarial. Tenho dedicado muito tempo da minha agenda a esta área, porque acho fundamental que o concelho reduza o seu número de desempregados. Ao criar emprego, estamos a reduzir os problemas sociais, estamos a melhorar o comércio e os serviços e estamos a fixar gente, que de outra forma fugiria

para outros concelhos. Nas últimas semanas são vários os exemplos de como tem sido importante esta presença da autarquia. Há dias estive na abertura de formação de uma empresa de aeronáutica, que é completamente inovadora no nosso concelho, e cuja fixação resultou do trabalho do gabinete de desenvolvimento económico da câmara municipal.

Podia, ainda, referir uma empresa de calçado técnico que também se instalou, muito recentemente, e é uma das empresas líder europeu em calçado de trabalho. Podia, também, referir a visita que fiz à PROZIS, onde testemunhei o crescimento fantástico que ali está a acontecer.

Caros deputados, este frenesim que vemos todos os dias na vila, de carros e de pessoas, não é apenas porque há obras na vila; é essencialmente porque há mais emprego, mais empresas e mais circulação de mercadorias. Este é um sinal muito positivo, que nos deve satisfazer a todos. Neste momento, e de forma muito discreta, estamos já a trabalhar em estudos para termos mais respostas ao nível de áreas empresariais e estamos, também, a estudar uma nova acessibilidade que ajude a tirar o trânsito do centro da vila.

Como disse, não podemos perder esta oportunidade para fixar empresas, e boas empresas, no concelho. Que nos garantam um desenvolvimento económico essencial à melhoria da qualidade de vida das pessoas da Póvoa de Lanhoso. Por outro lado, havendo mais empresas, vai haver também mais apoios para as nossas associações. É isso que também tenho dito aos empresários que apoiamos. Aliás, em breve veremos resultados muito objetivos sobre este nosso trabalho de parceria com empresas e com as nossas associações, nomeadamente no desporto.

Caros deputados, todo este trabalho de investimento e de atividade não tem colocado em causa a estabilidade financeira da autarquia; o relatório revela uma ligeira subida da dívida; mas ela é normal com o volume de investimento em curso e está perfeitamente dentro dos limites dos rácios financeiros. Continuamos um exemplo de pagamento a fornecedores, o que é um dos principais indicadores da saúde das contas da Câmara Municipal. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado José Eduardo Vieira, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Relativamente ao ponto um, da atividade do município, e no que toca à sustentabilidade ambiental e proteção civil, o MAI ficou extremamente preocupado, porque não referem rigorosamente nada acerca das limpezas de vegetação, em que ponto estão, se no geral os proprietários levaram a cabo as limpezas dos seus terrenos, se houve muitas coimas aplicadas, que áreas é que a Câmara limpou, qual o volume, em*

termos financeiros, desses trabalhos prestados pelo município. E o que é que tem sido feito em matéria de prevenção e proteção de incêndios florestais?

Como bem sabem, estamos na fase mais crítica dos incêndios; por isso, era mais do que natural que se falasse deste assunto na atividade do município. O combate à vespa da galha do castanheiro também é importante; mas, nesta altura do ano, não se compreende o silêncio da Câmara Municipal relativamente a um assunto de extrema importância como o dos incêndios. Esperemos que este verão o concelho esteja preparado para este triste fenómeno.

No que toca ao ponto do desenvolvimento económico, vislumbramos que a PROZIS é, sem dúvida, a empresa que mais referem. Sabemos, no entanto, que este executivo tem vindo a visitar várias empresas do nosso concelho, e oxalá, de futuro, estas possam estar mais perto dos políticos da Póvoa de Lanhoso, e que assim os saibam acarinhar a todos por igual.

O INE revelou indicadores que nos devem preocupar. O nosso concelho tem a população residente, a densidade populacional e a proporção de jovens a baixar consideravelmente. Aliados a estes indicadores, temos outras preocupações que são o aumento exponencial do envelhecimento no nosso concelho. Por isso Sr. Presidente da Câmara, pergunto-lhe que medidas pretende tomar ou vir a tomar rapidamente, para inverter este cenário.

E depois, pegando numa notícia que saiu este semana, e que afirma que Portugal desperdiça fundos que apoiam a oferta de fruta a crianças – esta é uma informação do gabinete do ministério da agricultura, que diz que a carga burocrática diminuiu e que o modelo foi alterado este ano letivo, o número de municípios que participam baixou de 154 para 114 entre 2009/2010 e 2016/2017 – e o que eu perguntava, e uma vez que a Sr.^a vereadora não está aqui, se o Sr. Presidente me poder explicar, em que ponto é que está este assunto do regime de fruta escolar, no nosso concelho.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e referiu: “Antes de abordar este tema, eu gostava de fazer aqui um apelo a todos os deputados, a todos os membros constituintes desta Assembleia, para que, nos momentos de intervenção, tenhamos todos um pouco de serenidade e calma. Porque hoje foi um exemplo de uma Assembleia com bastante público, tendo aqui algumas crianças, e certamente que elas não levaram um bom exemplo lá para fora, desta Assembleia Municipal. Culpa de todos nós, que muitas das vezes não nos sabemos controlar; mas episódios que aconteceram hoje, de algum desrespeito, de facto não devem continuar nas próximas sessões da Assembleia – é este o apelo que eu deixava antes de abordar este tema.

Relativamente a este ponto numero um, análise da situação financeira e atividade do município, eu não me vou tornar repetitivo, até porque o Presidente da Câmara já abordou com detalhe este ponto, e bem, e portanto o grupo parlamentar do PSD encontra-se inteirado e esclarecido e regista com agrado que a autarquia está a intervir em várias áreas, quer ao nível das obras desejadas, quer ao nível das iniciativas dos vários pelouros.

Para nós, grupo parlamentar do PSD, o mais importante é sentir que o concelho está pojante, a crescer, a saber responder de forma consciente às necessidades de todos os povoenses, a melhorar os seus equipamentos e infraestruturas públicas, e acima de tudo a fixar pessoas, a atrair visitantes e tratar como deve ser os seus habitantes.

Nota positiva, também, para o equilíbrio financeiro, com destaque para o prazo médio de pagamento a fornecedores, fixado agora nos três dias, e que corresponde, como é do conhecimento de todos, ao melhor no seio das autarquias minhotas e a um dos melhores a nível nacional.

Deixamos, assim, um voto de confiança ao executivo municipal, pois tem sabido honrar o compromisso que assumiu com os povoenses, aquando das últimas eleições autárquicas.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Relativamente à análise do município e sua atividade financeira, o partido socialista fica inteirado da informação constante do documento apresentado.*

Em relação às obras, e sem me alongar em demasia, partilho da opinião pública: só há dinheiro para a vila, só há máquinas a levantar pó um pouco por todo o lado. Dos 14 milhões anunciados ainda há pouco pelo Sr. Presidente, pelas contas feitas um bocadinho à pressa, 11 milhões são no centro da vila.

Passaram oito meses e continuamos a achar que a Póvoa de Lanhoso precisa de um projeto, de um caminho, de um fio condutor com um objetivo concreto, que olhe a Póvoa de Lanhoso para daqui a 20, 30 ou 40 anos. E não o dito projeto que olhe no imediato, quase sem critério, sem análise, basicamente, sem método.

A Póvoa de Lanhoso carece de esperança, de horizonte e perspetiva de vida, carece de jovialidade, carece de um executivo que seja capaz de realizar, não só o presente, mas que idealize e construa uma Póvoa de Lanhoso para todos nós, filhos, netos. Uma Póvoa de Lanhoso que enraíze e que nos desperte a vontade de ter ainda mais povoenses, de amar a nossa terra, e que nos desperte a vontade de querer ficar e construir aqui os nossos lares.

Sr. Presidente, gostaria de poder perguntar em que dados se baseia para dizer que esse frenesim de carros e de pessoas são indicadores de maior emprego na Póvoa de Lanhoso.

Precisamos de uma Póvoa de Lanhoso que nos apaixone, que nos convide e que nos alimente a vontade de voltar, falo principalmente para aqueles que tiveram, infelizmente, que emigrar. Uma Póvoa de Lanhoso que afirme e que deixe as suas marcas. Uma Póvoa de Lanhoso que dê a conhecer a sua história, as suas géneses, as suas tradições. Uma Póvoa de Lanhoso inovadora, vanguardista, ambiental. Uma Póvoa de Lanhoso cultural, educativa e criativa.

Aproveitando, também, Sr. Presidente, gostaria de lhe perguntar, uma vez que tivemos cá um grupo de alunos do agrupamento Gonçalo Sampaio, gostava de saber qual é a sequência das propostas que o Sr. Presidente irá dar a este grupo.

A Póvoa de Lanhoso merece mais, muito mais. Como já aqui alguém disse, neste púlpito, e vou roubar a frase, “não merecemos empobrecer alegremente”.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia apelou a que não fossem feitas referências partidárias à intervenção dos alunos que estiveram presentes na sessão, uma vez que os mesmos são menores. E concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Não me parece que tenha entendido bem essa interpretação que o senhor acaba de fazer, até porque o grupo de jovens veio cá e apresentou uma recomendação à Câmara Municipal. E não me parece que haja qualquer tipo de utilização partidária em perguntar qual será o seguimento que a Câmara Municipal, o executivo municipal, vai dar à recomendação que foi feita. Parece-me que não há aqui nada de aproveitamento partidário.”*

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara, para responder.

Interveio o Presidente da Câmara, que referiu: *“É com prazer que estou à frente dos destinos da Póvoa de Lanhoso, juntamente com vocês; é uma honra, para mim, estar no lugar que estou. É uma honra, para mim, defender tudo o que seja em prol do bem estar das pessoas na Póvoa de Lanhoso. E não tenha dúvidas nenhuma, nem que tenha que trabalhar 24 horas por dia, eu vou de certeza levar à Póvoa aquilo que nos está na mente e está na mente do nosso executivo.*

Em relação ao frenesim que há na Póvoa de Lanhoso, realmente nós conseguimos baixar o desemprego num curto espaço de tempo de 1.800 pessoas para 800 pessoas, o que quer dizer que há emprego. E posso-lhe dizer uma coisa, realmente: mesmo destes 800 que estão inscritos, muitas destas pessoas não querem trabalhar. Posso-vos dizer que isto é uma realidade que se observa todos os dias no GIP.

Em relação às obras, 3.800.000 foram para dez freguesias, para água e saneamento, e isto foi para fecho de redes; não havia obras novas se não houvesse uma obra numa freguesia; o restante era para regeneração urbana pura e simplesmente, só podia ser feito na vila da Póvoa de Lanhoso. Isto demonstra que você não está atualizado no que diz respeito aos fundos comunitários. Lamento que não saiba desta situação, porque estamos, neste momento, com cinco frentes em água e saneamento nas freguesias, e dentro em breve, vamos começar noutras freguesias.”

Interveio o vereador, André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Em resposta às questões colocadas pelo deputado José Eduardo Vieira, de facto nós, no município, temos feito várias limpezas de terrenos, quer sejam das pessoas que não cumprem – isto no ultimo mês, porque o prazo foi alargado até ao dia 31 de maio, portanto começamos no início do mês de junho a fazer essas limpezas. Os valores e as coimas não tenho presente, como deve entender.*

Nós, no município, temos uma estreita ligação com os diversos agentes da proteção civil e o exemplo disso foi o simulacro que aconteceu, em grande escala, no concelho, no passado dia 02 de junho, em que a Câmara Municipal teve envolvida; esteve, inclusivamente, na sala de catástrofe, juntamente com a GNR, quer seja o comandante de posto quer seja com o comandante de destacamento, e os bombeiros. Portanto, esse é um exemplo de um exercício, de um conjunto de exercícios que correram da melhor forma e a que o município deu todo o apoio.

Neste momento, nós estamos a fazer uma beneficiação dos caminhos florestais, com um meio próprio que se está a dedicar, por inteiro, a esse fim. Tivemos as ações de sensibilização; o PMDCI é outro processo que está em andamento; estamos, neste momento, a dar resposta àquelas que foram as questões levantadas pelo ICNF – portanto, estamos a trabalhar nesse sentido.

Relativamente à fruta escolar, a candidatura foi apresentada já numa fase final do ano letivo, portanto vamos iniciar, no próximo ano letivo, logo desde o início, com fruta escolar nas escolas, embora o financiamento tenha descido significativamente.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Eu venho cá só questionar: o Sr. Presidente da Câmara falou na baixa do desemprego e vangloriou-se; eu gostava de saber que medidas é que a Câmara Municipal tomou, que conduziram a esta baixa do desemprego; qual foi o caminho que tomaram para conduzir a esta baixa do desemprego.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado José Eduardo Vieira, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para questionar o porquê de os exercícios e as medidas, referidas pelo vereador André Rodrigues, não constarem no plano de atividades.

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra à Câmara municipal para responder.

Interveio o presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Nós chegamos a ter 1.800 pessoas inscritas no IEFP, no GIP, e neste momento temos cerca de 800 pessoas, e posso-lhe dizer que ando a visitar empresas, ando a ver as necessidades das empresas e, com o IEFP, a tentar direccionar as pretensões deles. Não estamos a fazer formação por formação, mas sim a fazer formação para o que os empresários pretendem. Estamos a fazer isso: neste momento há uma formação de 40 pessoas direccionada para a PROZIS, há uma para a Valerius, com 20 pessoas, e agora com as aeronaves, que também começou com 20 pessoas. Estamos com inscrições na têxtil de 150 pessoas; vamos tentar abrir em breve, juntamente com o IEFP, mais uma sala para dar formação nessa área.”*

Interveio o vereador André Rodrigues, que referiu: *“Sr. deputado José Eduardo, o que eu falei foi que existiu um simulacro, que era um conjunto de exercícios dinamizados pelos bombeiros em que a Câmara Municipal esteve presente – esteve o Sr. Presidente e estive eu – e no qual nós prestámos os meios que seriam necessários, caso aqueles exercícios tivessem sido reais. E posso dar-lhe o exemplo, entrando até em detalhe: foi-nos pedido se havia disponibilidade para a Câmara contratar uma máquina de rastos, para colocar num certo local; então, aquilo que nós fizemos foi contactar os fornecedores e verificar que ela estava disponível e o tempo que demoraria a chegar ao local e, como isso, existiram outras questões; e, aí sim, estivemos presentes. E o que eu queria referir, e que era o mais importante, e toda a gente percebeu com certeza, é a articulação e a facilidade de comunicação e trabalho que existe entre os meios. Ou seja, se funciona bem a proteção civil, eu creio que estamos todos salvaguardados.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Devo realçar, Sr. Presidente da Câmara, que refere mais a sua intervenção escrita sobre o que*

a Câmara Municipal perspectiva em termos de visão política, nos diversos setores, do que este relatório. Eu já tenho aqui mencionado, várias vezes, que este relatório fica aquém daquilo que é a exigência que a lei previu na abordagem, na análise e no conhecimento da Assembleia Municipal.

Acho que só anunciar ações avulsas e iniciativas pontuais, que têm notável simbolismo e alcance de resultados importante, mas que têm a sua dimensão e que às vezes até nem são de iniciativa direta da Câmara, não devia abdicar de, também nesse relatório, e como ainda agora referiu o deputado José Eduardo Vieira, também referir a visão política da Câmara Municipal, nos diversos setores. Não só na economia, no empresariado, mas também do social, da educação, da cultura, e mais, acho que ficava melhor.

E já agora, no pedido de esclarecimento, gostava que o Sr. Presidente tomasse em atenção – e sei que, na sua generosidade e no seu voluntarismo político, às vezes pode não ter em atenção isto – este dado que é real e que o Sr. deputado Luís Carvalho não colocou com a exatidão da realidade dos factos, é que se nós temos tido uma boa política de interatividade entre empresas, não temos tido uma boa política de atração e fixação da população. Porque, desde 2011, é consabido que os índices têm mostrado que nós temos vindo a decrescer em termos de população fixa no concelho. E, por isso, também são precisas políticas nesse sector.

Já agora, porque nesta fase pouco se aborda da situação financeira, esta análise pouco nos diz, porque não é detalhada e porque nós, ao contrário de outros grandes municípios, não temos uma comissão de economia e acompanhamento da execução orçamental, não sabemos. Mas o que sabemos é que estão aqui só 29,2% na componente da despesa na parte de execução e 33,5% na componente da receita para este período do ano que são quase seis meses; isto merece explicações, merece justificações. E pergunto-lhe, Sr. Presidente se não acha que o orçamento que foi aqui apresentado, e que está a ser executado, não tem estimativas superdimensionadas, e das componentes da despesa que tencionavam receber porquê que não receberam e da componente das receitas que tencionavam cobrar quais as que não cobraram.”

Depois o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos e concedeu a palavra à Câmara Municipal, para poder responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, e disse: “Caro deputado, Dr. Rui Rebelo, realmente temos 21 milhões de euros de orçamento e parte deles é de fundos comunitários; por isso mesmo não recebendo os fundos comunitários não podemos também pagar aos fornecedores. Por isso mesmo é que há esta discrepância, de que você falou.”

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia passou ao ponto número dois da ordem do dia. **Ponto Dois: Informação trimestral da EPAVE, E.M., nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“No relatório trimestral da Escola Profissional, a Câmara partilha essencialmente três notas. Estamos a analisar o primeiro trimestre do ano, sendo que é ainda prematuro tirar grandes conclusões da execução orçamental; mesmo assim, percebe-se que estamos com uma execução das despesas superior à receita, o que revela a dificuldade recorrente em conseguir que a entidade financiadora POPH cumpra atempadamente as suas obrigações.*

Terceira nota, para reiterar que esta escola, apesar das dificuldades do financiamento, que todos conhecemos, tem as suas contas equilibradas, não representando qualquer problema para a nossa autarquia.

A EPAVE está empenhada no objetivo da autarquia, em estar próxima dos empresários. Sendo, também a escola, uma parceira ativa na formação e na identificação das principais necessidades das empresas. Estamos a fazer uma coordenação permanente, no sentido de ajustar a oferta de formação da escola às necessidades de mão-de-obra no concelho. Assim estaremos a cumprir o objetivo principal da EPAVE: ser um agente de desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada da bancada parlamentar do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e disse: *“A nossa atenção dirige-se agora para a habitual informação legal que incumbe a esta Câmara Municipal, precisamente para o relatório trimestral de execução da EPAVE, desta feita, 1º trimestre de 2018. Como se pode constatar do próprio relatório, a informação nele contida é muito clara. Alias, o excelentíssimo Sr. Presidente acabou de o apresentar de forma brilhante e, portanto, explicou muito bem que a principal dificuldade da EPAVE prende-se com a sua entidade financiadora, problema que não é novo. De facto, o atraso nas transferências das verbas provenientes das entidades financiadoras dos cursos profissionais no âmbito do POPH são uma situação recorrente, mas imputável única e exclusivamente ao Estado, o que é de lamentar. Pois obriga a EPAVE a recorrer a excedentes financeiros para prover à sua gestão, onerando-a com*

custos desnecessários que poderiam, não fosse a conduta relapsa do Estado, ser canalizados e aproveitados para as boas práticas que são desenvolvidas pela escola. Como tal, é com justeza que afirmamos estar plenamente satisfeitos com a dinâmica que a escola tem revelado, pois, não obstante estas condicionantes referidas, a escola sabe gerir e sabe adequar a sua atuação às necessidades e às expectativas reais da população estudantil e, por conseguinte, às expectativas e necessidades reais do concelho da Póvoa de Lanhoso.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, José Eduardo Vieira.

Interveio o deputado José Eduardo Vieira, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Relativamente à informação trimestral da EPAVE, o MAI está inteirado do assunto; no entanto, gostaria de referir que, da análise da informação trimestral da Escola Profissional do Alto Ave, EPAVE, constatamos uma taxa de execução da receita de 6%, que deduzimos ter-se-á ficado a dever a atrasos no recebimento dos pagamentos do Portugal 2020.*

Contudo, se esta situação não é para já preocupante, o mesmo não se pode dizer relativamente à total ausência da EPAVE, no discurso político do Sr. Presidente, quando fala em educação e formação. Ouvimos falar em necessidades de formação das empresas, ouvimos falar em articulação com o IEF, ouvimos falar de um projeto de formação inovador na área da produção e transformação de compósitos para a aeronáutica, mas não ouvimos qualquer referência à EPAVE, que é a escola profissional do concelho por excelência.

Sr. Presidente, qual é o papel da EPAVE na estratégia de formação e de educação no município? De que forma as necessidades de formação, identificadas nas visitas às empresas, que recentemente tem efetuado, se cruzam no plano estratégico da EPAVE? E se há alguma sensibilidade a ter, de futuro, por parte deste executivo, para que mais jovens do nosso concelho possam encontrar trabalho nas empresas existentes no nosso concelho e naquelas que possivelmente virão, e que nós gostaremos muito que se venham a instalar no nosso concelho? Eu gostaria de saber se já há alguma previsão, se já há alguma forma, por parte deste executivo, de assegurar que isto assim aconteça.”

Depois, o Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“Permitam-me que, como ponto prévio, faça aqui referência à resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu a um povoense que ainda está sentado aqui na bancada, que lhe colocou uma pergunta relativamente ao IMI, perguntando-lhe simplesmente porque*

é que é mais caro do que em Fafe; e devo dizer-lhe, Sr. Presidente, que a sua resposta foi, no mínimo, muito pobre. Porque dizer-lhe que se fosse para outros concelhos pagava mais? Isso, pensando de outra forma, pode até ser visto como um convite a um povoense para sair deste concelho, porque se fosse para Amares, Vieira ou Vila Verde, pagava menos. E portanto, à imagem do que já fez um primeiro-ministro no passado, é quase um convite para que saiam da nossa terra e acho que é uma resposta muito pobre.

Relativamente à informação trimestral da EPAVE, a execução estará dentro do normal para esta altura; continua a haver aqui aquela questão que já debatemos relativamente à utilização da conta caucionada, e explicada também pelo executivo, e portanto consideramo-nos inteirados; mas gostaríamos de colocar aqui duas questões que, não sendo propriamente do relatório, são relativas à EPAVE.

Na última Assembleia veio uma proposta que previa o arrendamento das instalações da EPAVE, por parte da Câmara Municipal; neste relatório naturalmente ainda não há qualquer referência a este processo, nem tinha que haver; de qualquer forma, aproveitamos para questionar a Câmara Municipal sobre o mesmo, perguntando-lhe em que ponto se encontra este processo, que passará por arrendar as instalações à EPAVE.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal, para poder responder.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, que referiu: *“Senhor deputado Eduardo Vieira, obrigada pela sua pergunta, e gostaria de informar que há uma coordenação entre a EPAVE e a Câmara Municipal, para formação pós laboral. É isso que andamos a falar com os industriais e a ver as necessidades que eles têm, para adequarmos a formação que eles pretendem também após o horário laboral. E posso dizer que o que vamos fazer é mesmo que, se existir dentro da EPAVE, essa formação será gratuita para as pessoas que a solicitarem; se realmente não existir essa formação, encontraremos grupos suficientes para conseguirmos, fora, arranjar pessoas para, dentro de portas, ir ao encontro das pretensões desses mesmos industriais.*

Em relação à EPAVE, só lhe tenho a dizer que temos tudo feito, os quatro concelhos, para junto do Governo reunir, para termos qualquer resposta nesse sentido.”

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais inscrições para pedidos de intervenção e/ou pedidos de esclarecimento, e deu por terminado este ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação trimestral da EPAVE, E.M., nos termos da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto três da ordem do dia. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para efeitos de prévia autorização do compromisso plurianual no âmbito do procedimento tendente à contratualização de fornecimento de combustíveis.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Avelino Silva, e disse: *“Senhores deputados, este ponto é objetivo e não é de grande explicação a dar. A autarquia, naqueles que são os principais fornecimentos, tem de lançar um concurso público, e é o que estamos a fazer, para os combustíveis; tratando-se de um compromisso plurianual, este procedimento tem de ser autorizado por esta Assembleia: é isso que estamos a pedir.”*

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para referir que este era um ponto técnico e para informar que a bancada parlamentar do PSD se encontrava inteirada sobre este ponto e votaria favoravelmente.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e também usou da palavra apenas para referir que, comparativamente a anos anteriores, a proposta apresentada não levantava qualquer questão, pelo que a bancada parlamentar do PS se encontrava inteirada e votaria favoravelmente este ponto.

Depois, o Presidente da Assembleia verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para efeitos de prévia autorização do compromisso plurianual no âmbito do procedimento tendente à contratualização de fornecimento de combustíveis.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para integração de área em domínio público para efeitos de prolongamento da Travessa do Carvalho na freguesia de**

Covelas, conforme disposto na alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para fazer a apresentação desse ponto.

Interveio o vereador, André Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Neste ponto quatro trata-se de um processo para o prolongamento da Travessa do Carvalho, numa área cedida ao município de cerca de 170 m², em que o proponente, no caso quem cede, terá os custos com as infraestruturas da área cedida.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, que usou da palavra para referir: *“Também esta proposta não nos levanta grandes dúvidas; portanto, é uma cedência por parte de um particular, de um munícipe, de uma parcela de terreno para que seja possível dar seguimento à obra de prolongamento da Travessa do Carvalho, na freguesia de Covelas; para isso é obrigatório este procedimento para integração da área em domínio público. No seguimento da opinião das várias entidades ouvidas, ou organizações ouvidas, para o efeito, o partido socialista votará, também, favoravelmente esta proposta.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“O ponto número quatro desta assembleia é relativo à proposta da Câmara Municipal para integração de área em domínio público, para efeitos de prolongamento da Travessa do Carvalho, na freguesia de Covelas, área em questão, como já aqui foi referida, pelo Sr. vereador, com cerca de 170 m², pertence atualmente a João Carlos Carvalho Garcia, residente em Guimarães, que manifestou então interesse de aceder ao domínio público, com a finalidade de melhorar as acessibilidades às suas parcelas de terreno, uma delas com 1073 m² e a outra com 920 m², e prolongar então a dita Travessa do Carvalho. Após a cedência, as suas parcelas ficarão respetivamente com 943 e 880 m².*

No requerimento que apresentou na junta de freguesia, mostrou-se disponível para promover as infraestruturas necessárias para serem recebidas pelo município, nomeadamente a pavimentação, a colocação de iluminação pública, assim como outras que o município viesse a entender como necessárias. Na sequência desta proposta, foram auscultadas a junta de freguesia, a Comissão Permanente de Transito e Toponímia e o serviço de informação geográfica.

A junta de freguesia veio, por sua vez, referir nada ter a opor; a Comissão de Transito e Toponímia deu nota que, para além do melhoramento das acessibilidades, porventura esta cedência visaria oportuna permissão de edificação predial no terreno interior e deu

ainda recomendação, no sentido de ser ouvida a Comissão Permanente de Urbanismo, Edificação e Planeamento, que certamente que, atendendo aos timings em curso, depreende-se que em tempo útil não haveria viabilidade para operar o dito pedido de parecer.

Ora, sendo um dos objetivos de desenvolvimento da autarquia permitir a ocupação das diversas áreas construtivas das freguesias deste concelho, que per si significa mais investimento privado, maior dinamismo, maior área ocupada, mais residentes, entende a bancada do PSD, à semelhança de todos os que foram os entendimentos anteriores, quer técnicos quer da Comissão Permanente de Transito e Toponímia, quer ainda, da Câmara Municipal, votar favoravelmente o ponto numero quatro desta assembleia. Porém, sabendo que a Travessa do Carvalho é um arruamento terminal, atualmente sem qualquer tipo de infraestrutura executada e, uma vez que o mesmo beneficiará apenas este requerente, permitindo edificar as suas duas parcelas, entende, também, a bancada do PSD que deverá ser acautelada a não existência de quaisquer encargos ou realização de trabalhos que impendam sobre o município, não só na área que seja cedida pelo requerente, mas também em toda a extensão da Travessa do Carvalho, quanto às respetivas infraestruturas, não só viárias como também redes prediais. Desta forma, será acautelado o previsto no art.º 25º do regime jurídico de urbanização e edificação, que refere que o requerente deverá realizar os trabalhos necessários, assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas, por um período mínimo de 10 anos.”

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto quatro a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para integração de área em domínio público para efeitos de prolongamento da Travessa do Carvalho na freguesia de Covelas, conforme disposto na alínea q) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao líder da bancada parlamentar do PS, o deputado Filipe Silva, que usou da palavra para pedir um minuto de pausa para conferenciar com os seus colegas de bancada, uma vez que, por motivos pessoais, o deputado que faria a intervenção no ponto seguinte não pode estar presente. O pedido de pausa foi concedido pelo Presidente da Assembleia.

Depois, o Presidente da Mesa retomou a sessão referindo que, excecionalmente, foi feito um pedido pelo PS, de apresentar um voto de pesar, pelo que concedeu a palavra

ao líder parlamentar do PS, o deputado Filipe Silva para fazer a apresentação do voto de pesar, antes de continuarem os trabalhos da ordem do dia.

Interveio o deputado Filipe Silva, que usou da palavra para pedir que, por razões pessoais, o voto de pesar pelo falecimento de um antigo Presidenta da junta de Louredo, Sr. António Novais, fosse apresentado pelo vereador do PS, Frederico Castro.

O Presidente da Assembleia lembrou que tal só seria possível se o plenário não se opusesse, pelo que colocou á votação o pedido de intervenção por parte do vereador da oposição, Frederico Castro. E concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, que usou da palavra apenas para lembrar que o Sr. António Novais, não foi apenas Presidente da junta de Louredo, mas também, Presidente da Associação de Caçadores da Póvoa de Lanhoso. E que a bancada parlamentar do MAI teria a honra de subscrever o voto de pesar apresentado pelo PS.

Seguidamente o Presidente da Assembleia verificou que ninguém se opunha à intervenção do vereador Frederico Castro, que a sua intervenção foi aprovada por unanimidade, e concedeu a palavra ao mesmo.

Interveio o vereador do PS, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Como perceberam, o motivo que me traz cá é um voto de pesar, que preferia não ter motivos para apresentar, mas, como sabem, faleceu recentemente o ex-presidente da junta de Louredo, o Sr. António Novais, que foi durante muitos anos, cerca de 20 anos, autarca dessa freguesia. Serviu a população com dedicação, com empenho e, acima de tudo, com o sentido de responsabilidade de privilegiar aquilo que eram os interesses da sua freguesia e dos seus habitantes.*

Eu acho que esta Assembleia Municipal andou bem em aceitar a proposta deste voto de pesar, estou certo que as três bancadas parlamentares concordarão com o conteúdo deste voto de pesar e compreenderão que, de facto, o António Novais foi um homem que, nos tempos que correm, são cada vez mais raros. Porque foi um homem de quem as pessoas aprenderam a gostar e a apreciar. Foi um homem que construiu à sua volta uma família sólida e uma família que honra o nome que ele deixou, também. Está cá hoje, entre nós, uma pessoa da sua família, o António, que é genro do António Novais, e foi uma pessoa que acompanhou de perto todo o percurso do António Novais e que é também testemunha daquilo que eu estou aqui a dizer.

O António construiu um nome, construiu uma obra, construiu uma família que todos conhecem, construiu, também, um legado que não se resume só à freguesia de Louredo. O José Eduardo lembrou, e muito bem, e o Dr. Rui Rebelo acabou de o fazer, presidiu a

uma associação importante no nosso concelho, o Clube de Caçadores da Póvoa de Lanhoso. E acho que deixou em todos nós, pelo menos aqueles que tiveram o privilégio e a sorte de o conhecerem, uma marca de um homem que era um homem bom, que era um homem que toda a gente gostava de encontrar e uma pessoa com quem eu, muito particularmente, gostei muito de privar e de quem certamente já temos, e continuaremos todos a ter, muitas saudades.

E portanto, dito isto, eu queria pedir à Mesa que fosse feito um minuto de silêncio, que este voto de pesar fosse votado e queria, especialmente agradecer ao Sr. Presidente da Mesa e ao Sr. Presidente da Câmara, o facto de terem, excecionalmente, permitido que este voto de pesar fosse apresentado nestes termos, o que, para mim, devo dizer, tem uma importância simbólica muito importante.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia colocou o voto de pesar a votação do plenário, informou que foi **aprovado por unanimidade** e propôs então a realização de um minuto de silêncio.

Após o minuto de silêncio, o Presidente da Mesa retomou a sessão, com o ponto cinco da ordem do dia. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para análise, discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, bem como, da autorização de reprogramação do PPI 2018 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020 da empreitada para “Reabilitação do Largo da Feira e Envolvente”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para fazer a apresentação do mesmo.

Interveio o vereador André Rodrigues, que referiu: *“Neste ponto propõem-se a revisão orçamental e a reprogramação do PPI de 2018, devido à alteração da programação da candidatura do Largo da Feira. De uma forma sintética, inicialmente, aquando da realização do PPI para 2018, previa-se que a obra ainda iniciaria este ano; contudo, existindo atrasos em tudo aquilo que foi a apresentação da candidatura, a mesma irá começar em 2019; daí existir essa alteração e a reprogramação do PPI até 2020.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro.

Interveio o deputado Luís Amaro, cumprimentou todos os presentes e usou da palavra apenas para informar que a bancada parlamentar do PSD se encontrava inteirada e votaria favoravelmente este ponto. Contudo, voltou mais uma vez a referir a falta de

legibilidade dos mapas apresentados e solicitou que houvesse mais cuidado com a apresentação dos documentos aos deputados, para facilitar a análise dos mesmos.

Depois, o presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho, que referiu: *“Decorridos 9 meses de mandato, temos nova revisão orçamental. Motivo: incapacidade para executar investimento aprovado. Pois é, se a obra de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica Professor Gonçalo Sampaio ainda não começou e foi aprovada em 2016, obviamente que a obra de reabilitação do Largo da Feira e envolvente, aprovada em 2018, não terá execução este ano.*

O desempenho do município, em matéria de captação de investimento e capacidade de execução é francamente mau. Estando decorridos 3/4 do período deste quadro comunitário de 2014-2020, o município da Póvoa de Lanhoso viu aprovados, em todo este período do Norte 2020, 5.950.000,00 €, dados atualizados até 30 de abril. E, no POSEUR, 3.350.000,00€, dados atualizados até 30 de junho. O que perfaz um total de 9.300.000,00€, muito abaixo dos 14 milhões.

Sr. Presidente, ao analisarmos a performance do município da Póvoa de Lanhoso neste quadro comunitário, ficamos deveras preocupados. A taxa de sucesso do município na captação de investimento, no Norte 2020, face ao volume de financiamento captado para a região norte é de 0,3%, e de 2,3%; no volume de financiamento captado para o Ave, 341 milhões de euros, o município da Póvoa de Lanhoso apenas conseguiu ficar com 2,3% deste montante, 5.950.000,00€. É manifestamente mau.

Aplicando a mesma análise ao POSEUR, o município da Póvoa de Lanhoso captou 1% do investimento aprovado para a região norte e 15,6% para o Ave, incluído já o investimento intermunicipal, que significa 3.350.000,00€; considerando que o esforço financeiro da Câmara Municipal exigido neste quadro comunitário é de 15% do investimento elegível, que no quadro comunitário há 20 anos era de 25% ou mais, constatamos que, num contexto de menos esforço financeiro, o município responde com uma menor capacidade de investimento e uma menor capacidade de execução. Esta, Sr. Presidente, é que é a dura realidade.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, que usou da palavra apenas para informar que, devido a este ser um ponto referente a um ato de gestão do executivo, a bancada parlamentar do PS se iria abster na votação.

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal, para poder responder.

Interveio o vereador André Rodrigues e disse: *“Sr.ª deputada, todas as nossas candidaturas foram aprovadas. Todas as candidaturas a fundos comunitários a que o município concorreu, foram aprovadas. Quando falou que, no volume de investimento do Ave, nós temos cerca de 15% da verba que é atribuída, quero-lhe dizer que estamos acima daquilo que é, supostamente, a nossa dimensão, porque, se verificarmos aquilo que é a CIM do Ave, nós temos cerca de 9% e aí se estamos com 15%, estamos quase a dobrar aquilo que é a nossa capacidade; portanto, se calhar é importante fazer mais um pouco deste exercício e também perceber a dimensão de quem nos rodeia e dar mais mérito aos técnicos do município, e também aos políticos, pelo trabalho que tem feito e pelo investimento que tem captado para cá.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho e disse: *“Sr. vereador, não foi por acaso que eu fiz comparações na região norte e na CIM do Ave. O norte 2020 ficou a 2,3%, devia estar no mínimo a 7. E não tenho dúvidas nenhuma que as candidaturas todas que a Câmara apresentou foram aprovadas, porque eu conheço a qualidade dos técnicos. Aquilo que está em causa é a quantidade das candidaturas que candidataram, são os projetos que têm em carteira para se candidatarem. E essa é que é a questão: é que vocês foram buscar pouco dinheiro, e não foram buscar pouco dinheiro porque tem técnicos incompetentes, vocês foram buscar pouco dinheiro porque não tem capacidade para pensar e para ter projetos para poderem candidatar-se.*

Por exemplo, no plano operacional de sustentabilidade e recursos, já perderam oportunidades por não terem o plano contra as florestas aprovado. Já houve candidaturas e vocês não foram elegíveis. Isto tem que ver com uma questão política, não tem que ver com questões técnicas.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro.

Interveio o deputado Luís Amaro e disse: *“Só para dar conta da minha estupefação. Primeiro, Sr. Presidente, é “francamente mau” irmos buscar este dinheiro para as obras do nosso concelho. Depois, Sr.ª deputada, “não tem capacidade para pensarem nem candidatarem obras”; foram as suas afirmações, valem o que valem, justamente no ano em que o município tem o maior orçamento de sempre. De facto, começo a não saber mais o que pensar sobre aquilo que V. Ex.ª pensa; começo a não ter mais qualificativos*

que lhe fazer porque tudo eu sei que está mal. Mas isso pouco me importa; eu estou quase como antigamente se dizia: o que eu quero é obras, venham elas. Já sei que V/Ex.^a não vai gostar, paciência, é sinal de desenvolvimento no nosso concelho. De qualquer das formas, fica esclarecido que é mau, vamos ver no futuro.”

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e passou ao tempo de pedidos de esclarecimento, concedendo a palavra à deputada do MAI, Carla Canotilho.

Interveio a deputada Carla Canotilho e referiu: *“Sr. Deputado, eu não estou a dizer, não ponha isso nas minhas palavras, que não é bom ter obras. O que é mau é ter poucas, a questão toda é essa.”*

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto cinco à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 27 votos a favor e 16 votos de abstenção, a proposta da Câmara Municipal para análise, discussão e votação da 2ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, bem como, da autorização de reprogramação do PPI 2018 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referente ao ano de 2020 da empreitada para “Reabilitação do Largo da Feira e Envolvente”, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou ao ponto seis da ordem do dia. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto do Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Pela Câmara Municipal, interveio o vereador André Rodrigues, que disse: *“Neste ponto, vem a proposta para aprovação do novo regulamento de atividade de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros – transporte em táxi; esta alteração visa que se faça uma adequação do atual, do ainda em vigor, regulamento para uma adequação ao que é a atual lei.*

De referir que os contingentes não ficam aqui referidos e são discutidos em sede da Câmara Municipal. Por isso, cremos que estamos a atualizar o regulamento, o que é bom para os taxistas.”

Depois, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado do PS, José Faria.

Interveio o deputado José Faria, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Eu estou no quarto mandato e hoje ouvi aqui coisas boas, exemplos bastante importantes, mas também ouvi aqui coisas muito más. O que se passou aqui hoje, é verdade que parte de um elemento que vem do público, mas também não é menos verdade que vem de alguém que tem responsabilidades em termos de participação na vida autárquica e portanto é uma coisa que me deixou bastante incomodado, porque hoje estavam cá jovens e eu nunca vi uma coisa destas. Obviamente que a responsabilidade não é nossa mas essa não é a postura dos membros da Mesa, não é a postura dos senhores deputados, não é a postura do Sr. Presidente da Câmara, não é a postura dos senhores vereadores nem é a postura dos representantes das juntas de freguesia aqui presentes. Mas, no fundo, acabamos todos por ser associados e, portanto, eu não sei se lhe posso pedir isso, mas se calhar todos estão de acordo comigo, que a Mesa da Assembleia fizesse um esclarecimento do que se passou hoje aqui aos conselhos diretivos das escolas que estiveram aqui representados, uma vez que, certamente estes jovens saíram daqui bastante traumatizados com o que se passou. De algum modo tem a ver connosco, estamos todos dentro desta assembleia e eu pedia-lhe, se fosse possível, e julgo que estão todos de acordo comigo, que isso fosse feito, para ajudar a retirar este momento traumático que estes jovens viveram hoje e para que possam voltar e ver que realmente as pessoas que estão aqui dentro são pessoas diferentes e que nada têm a ver com o que se passou hoje aqui.*

Passando aqui ao nosso tema, não me alongando aqui muito, passava a duas questões. Uma questão era: uma vez que já estão definidos os lugares de estacionamento dos táxis, e julgo que também as alternativas depois também em termos de suspensão, a questão que gostava de colocar era se também estão definidos os contingentes, provavelmente sim, até porque terão sido necessários para os lugares. E de que modo está pensado o crescimento desses contingentes e o enquadramento com novos locais e com novos espaços a serem utilizados.

A segunda questão tem a ver com um aspeto que não vejo aqui refletido, e que me parece extremamente importante, que é o enquadramento e diferenciação de veículos não poluentes; o regulamento nada refere relativamente a isso. Eu não sou jurista, como sabem; há aqui duas partes: uma delas, eu julgo que teria que aparecer logo no regulamento e que tem a ver, por exemplo, com o processo de licenciamento que, de algum modo, criasse condições diferentes a veículos não poluentes das que estão contempladas e que são genéricas, e portanto apanham veículos poluentes e não poluentes. E uma segunda, parte que provavelmente aparecerá numa fase seguinte, que

tem a ver com as próprias taxas, se a Câmara Municipal tem pensado as taxas diferenciadas depois para veículos poluentes e veículos não poluentes.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou todos os presentes e referiu: *“Relativamente ao ponto numero seis, refere-se à aprovação de um projeto de regulamento de atividade de transportes e aluguer de veículos ligeiros de passageiros – transporte de táxis. Após análise dos documentos que foram cedidos pela Câmara Municipal e mediante vários pareceres e consultas públicas, verifica-se que a legislação está cumprida e portanto, da parte da bancada parlamentar do PSD não temos nada opor, pelo que votaremos favoravelmente.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo que disse: *“(…)Nesto ponto, também a comissão de transito analisou, a pedido da Sr.ª vereadora Gabriela Fonseca, e verificou que o regulamento estava bem estruturado, sistematizado, com boa redação linguística e fez recomendação, e portanto a Assembleia devia conhecer. E o MAI é favorável à apresentação, conforme está, do regulamento e à sua aprovação.”*

Seguidamente o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara, para responder.

Interveio novamente o vereador André Rodrigues e disse: *“Sr. deputado José Faria, os contingentes são definidos em Reunião de Câmara. E os mesmos, também, numa estruturação de diálogo, que tem existido sempre, entre os taxistas e o município, é feita e é definida também com eles, por forma a que não exista uma concorrência desmedida no sistema, para que as coisa funcionem corretamente.*

Quanto à questão da diferenciação de taxas, para os veículos não poluentes, essa é uma questão interessante, também já foi pensada por nós; contudo terá que ser, depois, estruturada em altura de definição de valores de taxas, ou seja, no final do ano, há sempre uma atualização.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, José Faria.

Interveio o deputado José faria, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: *“Agradeço ao vereador André as explicações e deixamos aqui esta preocupação, que a bancada do partido socialista tem, relativamente às questões ambientais.*

Voltaremos seguramente ao tema e de uma forma mais vasta, do que só aqui no regulamento, isto é só apenas uma ponta.”

E informou que, tal como é habitual em questões técnicas, a bancada parlamentar do PS se absteria da votação do ponto seis.

Depois o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e colocou o ponto seis à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 27 votos a favor e 16 votos de abstenção, a proposta da Câmara Municipal para aprovação de projeto do Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi, nos termos da alínea g) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia passou ao ponto sete da ordem do dia.

Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos da al. k) do n.º 2 do art.º 2º do Regimento da Assembleia Municipal. E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para fazer a apresentação deste ponto.

Interveio o vereador André Rodrigues, e disse: *“Neste ponto, propomos a aprovação da consolidação de contas, ou seja, a incorporação das contas da EPAVE nas contas da Câmara Municipal, existindo aqui a integração de ambas as entidades.*

Sobre o documento não há muito a dizer, apenas que a EPAVE teve um resultado líquido positivo de 20 mil euros.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado Paulo Bastos, cumprimentou todos os presentes e disse: *“Sr. Presidente da Câmara, bem sei que, na sua opinião, a julgar pela resposta absurda que me deu, após as demonstrações financeiras estarem aprovadas não se pode voltar a falar mais nelas, numa atitude natural de quem nada sabe sobre as contas do município, e pior, de quem nada quer sequer saber. Mas quero que saiba que vamos perseguir as questões por nós levantadas, com especial incidência nas consolidações bancárias, porque alguma coisa me diz que lá se encontram situações muito ou nada interessantes, escondidas pela omissão da sua descrição e antiguidade.*

No que concerne à certificação legal de contas, creio que desta vez não poderá escamotear a opinião emitida na mesma, nem vai conseguir anula-la com a votação favorável que irá obter. Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, certificação legal com reservas, como poderão verificar, na segunda página da certificação. Agradeço a

novidade que me proporcionou: durante 20 anos auditei e fui auditado e nunca tinha visto um relatório com reservas. E para que tenham uma ideia do que estou a falar, de uma forma resumida, o parecer de uma certificação legal de contas pode ter 4 tipos de aprovação: poderá ser limpa; poderá ser limpa com recomendações; poderá ter ênfases e poderá, numa situação limite e como é o caso, ter reservas. Portanto, conseguiram aqui chegar ao topo e ainda provocar uma conclusão emitida pela ACMROC, onde referem que “estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa avaliação com reservas”; e ainda falta nesta documentação o relatório sobre a fiscalização, que são dados muito menos importantes, onde estão listadas todas as recomendações que eles vos fazem e que, se calhar, serão tantas páginas que vocês não nos conseguiram proporcionar, mas seria interessante ver o relatório sobre a fiscalização.”

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Amaro da Costa.

Interveio o deputado Luís Amaro, e disse: *“Referir que estamos perante o ponto de consolidação das contas, com integração das contas da EPAVE, e que as contas do município entretanto já haviam sido analisadas e votadas, e portanto trata-se agora da consolidação.*

Sr. Deputado, eu sei que tem reservas, mas são reservas que têm a ver com o inventariado e com o património municipal; está tudo lá explicado, está tudo dito, é verdade que toda a gente sabe que isto não vai ficar resolvido num ano, nem dois, nem três, e por isso mesmo esta reserva vai constar, se calhar, em mais outros exercícios. E a mim não me chateia nada que lá esteja; interessa-me é que o processo se vá regularizando e que esta inventariação vá sendo feita e vá sendo ultrapassada esta questão. Não é uma reserva que me preocupe, por isso também diz, noutros aspetos, que as contas estão boas, estão legais, não se encontra nada mais a apontar.

É evidente, eu percebo que a vossa participação têm que ir buscar o ponto mais negativo que lá encontrar; eu, se estivesse no seu lugar fazia exatamente o mesmo; compete-me a mim fazer exatamente ao contrário, dizer que também tem aspetos positivos e que as contas do município melhoraram, as próprias contas da EPAVE apresentam um resultado muito positivo, o que eu acho que é saudável e isso é o que eu quero ressaltar nessa situação. E, por outro lado, dizer também que o grupo parlamentar do PSD votará favoravelmente esta consolidação de contas.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente todos os presentes e referiu: “A Câmara Municipal apresenta-nos aqui a consolidação, com o balanço e as contas de resultados, que integra também a consolidação das contas da EPAVE, e isso dificulta-nos um bocadinho a análise, porque seria preferível que essa consolidação em termos de análise e execução financeira, que é o que conta da EPAVE, fosse feita em separado. Até porque a Câmara Municipal não é uma empresa, é uma entidade pública complexa e que tem que ser analisada com essa responsabilidade política.

Este documento é um documento muito importante e há muito a dizer sobre ele; com todo o respeito Sr. vereador, acho que senão não estamos aqui a fazer política a sério, que é o que temos que fazer, e temos que falar muito sobre ele. E com responsabilidade e, sobretudo, com muita concentração. Não tanto a questão da reserva, que está aqui patente e de que os meus colegas já falaram, e que tem a ver com a questão que nós já levantamos em dezembro na assembleia, e foi-nos explicado, pela Sr.^a vereadora que hoje não está, que era um processo que estava em curso, de inventariação e registo de cadastro imobiliário ou do património do domínio público que é do município, e que é um processo que não está acabado e que tem que ser ultrapassado rapidamente, porque se não é suprido até final do ano, vamos voltar a ter consequências em termos da gestão corrente da Câmara, e com alterações do balanço e isso tem consequências na gestão do património, que pode ter implicações no Tribunal de Contas.

O que me preocupa mais, Sr. Presidente, e pedia-lhe a maior concentração neste fator, é que temos aqui alguns sinais que são perigosos e que merecem prudência da parte da Câmara Municipal, e este é o dever, apesar da nossa insignificância política, é o dever, enquanto oposição – oposição, não antagonismo; oposição de responsabilidade de fiscalização e até de crítica construtiva – verificarmos aqui algumas coisas.

E tem aqui um rácio, nesta consolidação, que é muito importante, de autonomia financeira, que tem um grau de autonomia bastante elevado, mas é um rácio que pode ser bastante ilusório, por causa desta via dual da contabilidade, que integra por um lado estes bens que estão a ser cadastrados e registados, mas que já existem – não é aquisição de bens novos de capital próprio, são bens que já existiam – e, por outro lado, isso tem repercussão ou contrapartida nos fundos próprios. E, por outro lado, este rácio pode ser um bocado ilusório, porque temos aqui alguns sinais que indicam alguma deterioração da qualidade do passivo, dívidas da Câmara, e deterioração ou agravamento da liquidez imediata da Câmara; isto é que nos deixa um bocado preocupados porque, na análise da dívida, vimos que piorou a qualidade da dívida, em relação do passivo de curto prazo, que aumentou significativamente – aliás o Sr. já no início abordou isso. Isso é um fator de preocupação e, portanto, isso também tem implicação nos investimentos, porque devem ser financiados com o passivo de médio e longo prazo e o que está a acontecer é a diminuição clara do PPI do plano plurianual dos investimentos. E o aumento da dívida no curto prazo em 1,6 milhões de euros, mais 65%;

o aumento da dívida total em 1,2 milhões de euros, mais 17,7%; e um aumento do passivo em cerca de 600 mil euros, que é significativo numa estrutura financeira como é uma Câmara Municipal média, e de um concelho integrado em dimensão populacional, é preocupante e exige prudência Sr. Presidente.”

Depois o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PS, Paulo Bastos.

Interveio o deputado Paulo Bastos e disse: “Era apenas para dar conta de três notas: Agradecer que, finalmente, mal ou bem, conseguiram responder; registar que muito poucas Câmaras têm esta reserva e, se é verdade que se leva algum tempo a resolver, a pergunta que eu deixo é: quem esteve 12 anos à frente da Câmara?”

Seguidamente, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Câmara Municipal, para responder.

Interveio novamente o vereador André Rodrigues, que referiu: “Sr. deputado Paulo Bastos: sem reservas, convido-o a me acompanhar aos serviços da Câmara Municipal, para também o Sr. ficar sem reservas contra os técnicos do município. E perdoe-me só um reparo, porque continuamente são colocados em causa os técnicos do município e o ROC, como foi o caso na sua intervenção no PAOD; contudo quero-lhe dizer que, tanto eu como o Sr. Presidente, o executivo municipal confia nos técnicos do município e, portanto, sentimo-nos muito bem servidos, tanto com os técnicos do município como com o ROC. A ATA responder-lhe-á aquilo que disse. Mas está convidado a visitar comigo os serviços técnicos do município, para ter respostas às suas questões.

Sr. deputado Rui Rebelo, de facto existe um aumento daquilo que foi o resultado operacional e isso deveu-se, em grande parte, às amortizações que temos agora em curso. Sabíamos, quando a assembleia municipal aprovou não só os contratos interadministrativos como o outro empréstimo, que isto iria acontecer; portanto temos a juntas de freguesia que tiveram obra, portanto estamos agora nessa continuidade.”

Seguidamente o Presidente da Mesa passou aos pedidos de esclarecimento e concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, que disse: “Só para esclarecer aqui o Sr. vereador André: em momento algum as intervenções do partido socialista meteram em causa os méritos e as qualidades dos técnicos, muito menos do ROC, até porque muitas das intervenções que nós fizemos, quando analisamos por exemplo o relatório, foi com base no relatório do ROC, com base na informação que ele punha, e portanto confiamos plenamente na informação que lá estava, para podermos fazer as nossas intervenções;

isso quer dizer que achamos que está a fazer um bom trabalho. Aliás, o próximo ponto dará conta disso mesmo.”

Ainda da bancada parlamentar do PS interveio o deputado Paulo Bastos, que usou da palavra apenas para agradecer o convite que lhe foi dirigido pelo vereador André e convidar o mesmo para o acompanhar a várias empresas, com um volume de negócios muito superiores ao do município, para verificar como se faz para não ter reservas no relatório.

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e passou ao período de pedidos de esclarecimentos, concedendo a palavra ao deputado do MAI, Rui Rebelo.

Interveio o deputado Rui Rebelo, cumprimentou novamente todos os presentes e disse: *“A questão é que não estão em causa os técnicos nem o ROC. Aqui é uma questão política, porque o próprio ROC, já na análise semestral de dezembro, chamava a atenção para algumas preocupações que nós aqui elencamos. E, na análise semestral intercalar reportada a junho, já reportava que a disponibilidade de tesouraria nos bancos era suficiente para a pressão de curto prazo; verificamos que afinal não aconteceu assim no último semestre. E porque que não aconteceu? Não é só por amortizações, porque o anterior executivo, e o atual Presidente da Câmara não é responsável por isso, mas é aqui que tem que assumir, não seguiu o conselho do Rei Salomão na Bíblia: não se pode gastar mais do que se pode ou que se deve, e os senhores fizeram-no naquele semestre, e essa é que é a realidade. E por isso, Sr. vereador, o que lhe deixo de notas e que está aí, porque o Sr. sabe ler a informação financeira, é que esta situação exige prudência. Porque, em 2017, na comparação com o período homologado em 2016, houve um agravamento na dívida da Câmara Municipal, houve um aumento muito significativo da dívida a curto prazo, e isto causa uma pressão de tesouraria enorme, que vai ter complicações depois para a gestão da Câmara Municipal. É por isso que eu dizia ao Sr. Presidente para tomar em atenção, porque isto vai criar dificuldades, e é esta a nossa função, é chamar a atenção disso: a deterioração da qualidade da dívida e o aumento significativo, não só dessa pressão mas também da despesa corrente; e eu em dezembro chamei a atenção para isso.*

Isto é um claro sinal amarelo, que eu já em dezembro chamava a atenção, que se pode traduzir, a curto prazo, se não houver essa contenção, num semáforo de cor vermelha às contas do município, e aí ficamos todos prejudicados, não é só a gestão da Câmara Municipal.”

Depois, o Presidente da Mesa verificou que não havia mais pedidos de esclarecimento e concedeu a palavra ao vereador André, em representação da Câmara, para poder responder.

Interveio o vereador André Rodrigues que referiu: *“Sr. Deputado, eu já referi, na intervenção anterior, que “não há se sem senão”; mas as obras foram realizadas e bem realizadas, as juntas de freguesia tiveram obra, elas foram feitas, foram dois milhões e meio. As freguesias, as populações e os presidentes de junta necessitavam dessas obras e aprovaram-nas.”*

Seguidamente, o Presidente da Mesa passou à votação deste ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 24 votos a favor e 19 votos de abstenção, a proposta da Câmara Municipal para aprovação da consolidação de contas, nos termos da al. k) do n.º 2 do art.º 2º do Regimento da Assembleia Municipal.

Antes de passar ao oitavo e último ponto, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado José Eduardo Vieira, para ler a declaração de voto da bancada parlamentar do MAI.

“Declaração de voto:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Grupo Parlamentar Municipal do Movimento Alternativa Independente (MAI) na Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, vem fazer constar da Ata da reunião da Assembleia Municipal, sessão plenária ordinária nesta data realizada, a sua declaração de voto referente ao ponto sete da Ordem do Dia, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1º - Considerando que a Câmara Municipal apresenta as contas consolidadas da Edilidade conjuntamente com a empresa local (municipal) EPAVE, sendo certo que, pese embora a tal não seja obrigada do ponto de vista legal, se fornecesse as contas em separado melhor obedeceria ao princípio da transparência;

2º - Atendendo que, como resulta dessa circunstância e ainda do facto de apenas apresentar o balanço e conta de resultados, a análise a empreender e validar pela Assembleia Municipal fica muito limitada, porquanto a Câmara Municipal não é uma empresa propriamente dita e a consolidação da EPAVE nas contas não se mostra apresentada também numa vertente financeira detalhada de execução orçamental;

3º - Observando no entanto que, apesar das referidas limitações, é exequível retirar conclusões significativas, como sejam:

- a) *As contas têm uma clara reserva do ROC na sua aprovação, que diz respeito à atualização dos bens de domínio público que não estão registados no cadastro e no património contabilístico da Câmara Municipal;*
- b) *Existe um atraso que tem que ser ultrapassado rapidamente, na medida em que estão em causa bens públicos com todos os reflexos que podem ter não só na gestão corrente da Câmara Municipal, mas sobretudo do ponto de vista de implicações no balanço e na contabilização dos bens patrimoniais;*
- c) *Não se verifica in casu aplicado, como é norma da boa governação, um novo regulamento de inventário e cadastro e respetivos procedimentos adaptados ao novo sistema de normalização contabilística para as administrações públicas;*
- d) *Apesar de não sabermos se na prestação de contas de 2018 esta reserva poderá ser suprida, notamos em abono da verdade que houve a implementação de procedimentos e um esforço significativo no registo deste património, dada a subida significativa que se verifica contabilisticamente;*

4º - Ponderando a existência de cautela na análise do rácio Autonomia Financeira, que aponta para 66,8% Fundos Próprios/Ativo Total, pois como a contabilidade é dual o aumento do Património via registo dos bens do domínio público é feito por contrapartida de fundos próprios, daí não se podendo retirar confiavelmente uma melhoria da estrutura financeira, existindo outros rácios que indicam uma deterioração na qualidade do Passivo (dívidas) e do seu aumento, assim como uma deterioração na liquidez imediata da Câmara Municipal;

5º - Tendo em conta que a situação financeira da Câmara Municipal deteriorou-se de 2016 para 2017, sendo que:

- a) *No ano de 2017 houve um agravamento da dívida da Câmara Municipal, mormente um aumento muito significativo da dívida de curto prazo, mais;*
- b) *Complicou-se a qualidade da dívida e aumentaram significativamente as pressões e dificuldades de tesouraria, em conformidade com os indicadores de liquidez imediata e global;*
- c) *Além da dívida, tem vindo a aumentar a despesa corrente em prejuízo de despesa de investimento, na medida em que os investimentos (despesas de capital) devem ser financiados por passivos de médio e longo prazo, e o que está a acontecer é a diminuição do PPI – Plano Plurianual de Investimentos.*

Nesta lógica, em face ao exposto, o Grupo Parlamentar Municipal do MAI abstém-se no ponto deliberativo em questão, deixando bem vincado que a presente abstenção constitui uma forte censura política ao Executivo Municipal pela situação perigosa e que impõe prudência, representada num sinal amarelo, que em breve poderá traduzir-se num semáforo vermelho em relação às presentes contas.

Vila da Póvoa de Lanhoso, 22 de junho de 2018.”

Seguidamente o Presidente da Mesa passou ao ultimo ponto da ordem do dia. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para pedido de autorização de cessão da posição contratual no contrato de aquisição de serviços celebrado em 27.07.2017, com o contraente “Armando Costa Serra Cruz Martins & Associados” SROC, 502154870.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador André Rodrigues que referiu: *“Nós tínhamos, e temos ainda, uma avença com uma empresa que, entretanto, se vai dissociar ou seja uma sociedade que vai dar origem a duas, basicamente; o que se propõe é que esta avença passe para uma destas novas sociedades.”*

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho que usou da palavra a penas para informar que a bancada parlamentar do PSD se encontrava inteirada sobre este ponto e nada tinha a objetar, pelo que votaria favoravelmente.

Depois, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao deputado da bancada parlamentar do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado do PS, cumprimentou novamente todos os presentes e usou da palavra apenas para referir que, como a proposta apresentada visava manter o mesmo ROC e como a bancada parlamentar do PS nada tinha contra o ROC, também votaria favoravelmente este ponto.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia verificou que não existiam mais pedidos de intervenção nem de esclarecimentos e colocou o ponto à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para pedido de autorização de cessão da posição contratual no contrato de aquisição de serviços celebrado em 27.07.2017, com o contraente “Armando Costa Serra Cruz Martins & Associados” SROC, 502154870.

Por fim, o Presidente da Assembleia, João Duque, colocou à consideração do plenário a aprovação da ata em minuta, permitindo desta forma a imediata eficácia das deliberações tomadas; declarou que foi aprovada por unanimidade e deu por terminada a sessão, desejando a todos uma boa noite e umas boas férias.